

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MC
4263

Audrey Verônica Freitas Nunes de Sousa

**GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE 2004 A 2012**

Belo Horizonte
2017

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CONF

Audrey Verônica Freitas Nunes de Sousa

**GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE 2004 A 2012**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Burian Wanderley

Belo Horizonte

2017

Audrey Verônica Freitas Nunes de Sousa

**GASTOS PÚBLICOS E RESULTADOS ELEITORAIS:
ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE 2004 A 2012**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Burian Wanderley

Aprovada na Banca Examinadora

Prof. Dr. Cláudio Burian Wanderley, Orientador, Fundação João Pinheiro

Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Avaliador, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017

AGRADECIMENTOS

Minha caminhada durante a especialização não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas. Talvez seja impossível nominá-las sem omissões, então, desde já, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para minha vitória, o meu muito obrigada.

Agradeço a Deus, por abençoar minhas escolhas e ter me sustentado até aqui.

À minha família, sobretudo à minha mãe Antônia, pelo seu amor incondicional, por ser o alicerce de nossa família e estar ao nosso lado em todos os momentos, sempre nos indicando o melhor caminho a seguir. Mãe, sem seu apoio e suas orações, não sei o que seria de mim. Você é meu tudo! Ao meu pai, Baltazar, pelo apoio e conversas de incentivo e apoio. Aos meus irmãos, César e Waleska, pelo companheirismo e por fazerem minha vida ter sentido e ser mais feliz. Amo vocês!

Aos amigos que conquistei, especialmente à Danielle que tem sido minha companheira e confidente durante essa trajetória. Os sufocos compartilhados na conclusão deste trabalho contribuíram para recrudescer esta amizade que vai além das salas de aula e conversas de corredor.

Ao professor e orientador Cláudio Burian, pela atenção e orientações que me proporcionaram momentos de conhecimento e aprendizagem. Sem seu apoio não teria sido possível a concretização deste trabalho.

Aos professores que, brilhantemente, contribuíram para meu crescimento pessoal e intelectual.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos funcionários da Fundação João Pinheiro que agiram sempre de maneira colaborativa à nossa formação. Especialmente à Kessi, pela amizade e agradáveis conversas.

RESUMO

Na literatura sobre economia política, mais especificamente sobre ciclos políticos, ganhou notoriedade a premissa fundamental de que os *policy makers*, com o objetivo de maximizar a probabilidade de reeleição, utilizam-se de políticas econômicas que afetam o comportamento das séries econômicas. Baseada nessa constatação, buscou-se neste trabalho analisar a influência dos gastos públicos, mais especificamente a natureza da despesa e funções orçamentárias, sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nas eleições municipais. A amostra compôs-se de 813, 849 e 802 municípios mineiros nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. Utilizou-se o modelo *probit* e dados em painel para fornecer as probabilidades de recondução dos partidos através da composição dos gastos públicos, mais especificamente natureza da despesa e funções orçamentárias, além das variáveis de controle. A análise da natureza de despesa evidencia que maiores gastos com investimentos aumentam a probabilidade de recondução do partido, enquanto que maiores gastos com pessoal e encargos possuíam relação inversa com as chances de reeleição. Avaliando-se as funções orçamentárias, a função urbanismo exerceu influência positiva sobre a probabilidade de recondução com a análise do modelo *probit* e dados em painel e as demais funções não apresentaram um comportamento uniforme, com significância estatística apenas em determinados tipos de regressão. As análises das variáveis de controle evidenciaram que pertencer aos principais partidos que disputaram a reeleição (DEM, PMDB, PR, PSDB e PT) e o candidato tentar a reeleição aumentavam a probabilidade de recondução ao poder. A pesquisa concluiu que, de modo geral, os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram percentuais maiores de gastos em investimentos e urbanismo. Porém, nem todos os gastos foram significativos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Palavras-chave: Finanças públicas municipais; Federalismo fiscal; Teoria dos ciclos políticos; Gastos públicos; Composição dos gastos públicos; Natureza da despesa; Funções orçamentárias.

ABSTRACT

In the literature about political economy and political cycles specifically, the fundamental premise gained notoriety, the *policy makers* with goal of maximizing the probability of re-election, they are using of economic policies that affect every economic series. Based on this finding, it was sought to analyze the public spending influence, expenditure nature and budgetary functions, specifically, on the probability of reinstatement of political parties in the municipal elections. The sample consisted 813, 849 and 802 in 2004, 2008 and 2012 elections of the Minas Gerais municipalities, respectively. It used the *probit* model and panel data to provide the probabilities of party's reinstatement through the composition of public expenditures, its nature and budgetary functions, as well as the control variables. The analysis shows that higher spending on investments increases the likelihood of party reinstatement, while higher expenses with personnel and charges had an inverse relationship with the chances of re-election. Evaluating the budgetary functions, the urbanism function had a positive influence on the probability of renewal with the analysis of the probit model and panel data and the other functions did not present a uniform behavior, with statistical significance only in certain types of regression. Analyzes of the control variables showed that belonging the main parties that disputed the reelection (DEM, PMDB, PR, PSDB and PT) and the candidate to try re-election increased the likelihood of to re-elect. The research concluded that, in general, the municipalities whose parties were reappointed applied higher percentages of spending on investments and urban planning. However, not all expenditures were significant on the likelihood of reappointment by political parties.

Keywords: Municipal public finance; Fiscal Federalism; Political cycles's theory; Public spending; Public's expenditures composition; Nature of public expenditures; Budgetary functions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de impostos segundo a fonte de recurso.....	28
Quadro 2 – Variável dependente.....	31
Quadro 3 – Descrição das variáveis independentes segundo a natureza de despesa	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da pesquisa segundo região de planejamento	30
Tabela 2 – Quantitativo de partidos que obtiveram sucesso nas eleições, por município	37
Tabela 3 – Partidos que obtiveram sucesso na reeleição, por município	38
Tabela 4 – Candidatos que obtiveram sucesso no pleito, por município	38
Tabela 5 – Influência de despesa com pessoal sobre a probabilidade de recondução	39
Tabela 6 - Influência de despesa com pessoal em período sem efeito eleitoral.....	40
Tabela 7 - Influência de outras despesas correntes sobre a probabilidade de recondução.....	41
Tabela 8 - Influência de outras despesas correntes em período sem efeito eleitoral.....	42
Tabela 9 - Influência de gastos com investimentos sobre a probabilidade de recondução	43
Tabela 10 - Influência de gastos com investimentos em período sem efeito eleitoral.....	44
Tabela 11 - Influência de funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução	48
Tabela 12 – Influência de funções orçamentárias em período sem efeito eleitoral.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CFEM - Compensação Financeira Exploração de Recursos Minerais

FINBRA - Finanças do Brasil

FJP - Fundação João Pinheiro

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FPEX - Fundo de Exportação

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadoria

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI - Imposto sobre Produção Industrial

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

IR - Imposto de Renda

IRPF - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Física

IRPJ - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Jurídica

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

ITR - Imposto Territorial Rural

LC – Lei Complementar

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

SUS - Sistema Único de Saúde

TRE-MG - Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FEDERALISMO E AUTONOMIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS....	12
2.1 Federalismo Fiscal.....	12
2.2 Federalismo fiscal no Brasil e autonomia fiscal dos municípios	15
3 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS	20
3.1 Evidências Brasileiras	22
4 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: RECEITAS E DESPESAS.....	26
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
5.1 Amostra e definição das variáveis.....	30
5.2 Modelo econométrico	34
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	37
6.1 Natureza dos gastos públicos e resultados eleitorais.....	38
6.2 Funções orçamentárias e resultados eleitorais	47
7 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Na literatura sobre economia política, mais especificamente sobre ciclos políticos, ganhou notoriedade a premissa fundamental de que os *policy makers*, com o objetivo de maximizar a probabilidade de reeleição, utilizam-se de políticas econômicas que afetam o comportamento das séries econômicas. Portanto, a influência de interesses eleitorais e ideologias de governo sobre o desempenho econômico no curto prazo têm sido um tema importante na Teoria da Escolha Pública.

Estudos sobre estes ciclos são muito vastos e se baseiam, muitas vezes, em dados de nível nacional. O foco deste trabalho está mais próximo do ramo da literatura que se concentra no nível subnacional, pois o estudo de governos locais de um mesmo país permite manter constante uma série de características culturais e institucionais que podem ameaçar de forma potencial a identificação de efeitos causais em uma análise entre países.

Há estudos que evidenciam que o aumento das despesas governamentais no ano eleitoral aumenta as chances de reeleição do prefeito. Desta forma, espera-se que governantes que apresentaram maiores gastos em anos eleitorais em Minas Gerais tenham maiores chances de reeleição. Por outro lado, prefeitos que optarem por uma posição mais conservadora em relação às despesas em anos eleitorais devem ter suas chances de reeleição diminuídas se comparadas aos governantes que dispenderam maiores recursos em anos eleitorais. Como exemplo, Araujo Jr., Cançado e Shikida (2005), que concluíram que em municípios mineiros nas eleições de 2000 variáveis políticas atuam como facilitador para reeleição do prefeito e Klein (2010) encontrou evidências que prefeitos que apresentaram maiores chances de se reelegerem aumentaram gastos na eleição de 2004 nos municípios brasileiros.

Dentro deste contexto, a análise dos gastos públicos municipais em períodos eleitorais torna-se especialmente importante, primeiramente, devido à Constituição Federal de 1988, que alterou de forma significativa a posição dos municípios brasileiros dentro do arranjo federativo ao descentralizar um conjunto relevante de serviços públicos, que passou a ser de competência da administração municipal. Desta forma, os municípios passaram a lograr de autonomia administrativa, política e financeira necessárias para desempenhar suas funções sem a interferência dos demais membros.

Esta autonomia, aliada à periodicidade conhecida pelos agentes das eleições municipais, permite à classe política o ajuste das políticas implementadas para que os resultados obtidos possam ser posteriormente utilizados como uma estratégia de permanência no poder. Assim, acredita-se amplamente que os políticos em exercício aumentam os gastos públicos antes das eleições para melhorar as chances de que eles (ou seu partido) sejam reeleitos. Por outro lado, a população logra de uma maior proximidade do governo municipal, se comparado aos governos estaduais e federal, o que permite uma maior percepção das decisões políticas tomadas pelos gestores públicos locais.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar os gastos públicos dos municípios mineiros nos anos eleitorais de 2004, 2008 e 2012 com a finalidade de responder se há relação entre a composição dos gastos públicos (mais especificamente as despesas orçamentárias) e a reeleição dos partidos políticos e/ou dos candidatos nas eleições municipais em Minas Gerais e qual é esta relação. Para alcançar este objetivo geral, foi necessário traçar três objetivos específicos. Primeiramente, a revisão da literatura relacionada ao federalismo fiscal e à teoria dos ciclos políticos, além daquela relacionada às finanças públicas municipais. Posteriormente, a análise da relação dos gastos públicos na probabilidade de reeleição do prefeito e/ou partido nos períodos eleitorais, além da análise econométrica para evidenciar quais as despesas aumentariam a probabilidade de reeleição.

A estrutura do trabalho encontra-se organizada em sete capítulos. Além desta introdução, o primeiro capítulo aborda estudos sobre o federalismo fiscal e autonomia dos municípios. No segundo capítulo é apresentada algumas visões teóricas sobre os ciclos políticos. No terceiro capítulo é apresentado um panorama das finanças públicas municipais, mais especificamente sobre receitas e despesas. O quarto capítulo aborda os procedimentos metodológicos para a realização do trabalho. O quinto capítulo apresenta o modelo econométrico utilizado na análise dos gastos públicos dos municípios mineiros e os resultados eleitorais. No sexto capítulo apresenta-se a análise dos principais resultados do trabalho e, por fim, no sétimo capítulo, as principais conclusões.

2 FEDERALISMO E AUTONOMIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

2.1 Federalismo Fiscal

Segundo Camargo (1999, p. 82) a palavra “federação” vem do latim *foedus*, que significa “pacto, entendimento, negociação baseada na fidelidade e na confiança”. A federação seria, segundo Oliveira (2007), a demonstração de um pacto político vertical estabelecido entre os entes federados que integram o espaço nacional, garantido pelo Governo Central, mas resguardando-se os diferentes pactos horizontais estabelecidos em cada um destes entes, mantendo-se a autonomia no que se refere à definição do ordenamento institucional, o exercício dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da garantia de competências tributárias próprias e autonomia financeira para o cumprimento das funções de cada poder.

Samuelson (1954), Tiebout (1956) e Musgrave (1939) foram os precursores das pesquisas relacionadas à teoria do federalismo fiscal. Musgrave (1959) propõe a atribuição de responsabilidades a cada nível de governo. O governo nacional deveria se responsabilizar pela distribuição de renda e estabilidade macroeconômica, ao passo que a função de alocação deveria caber aos governos subnacionais.

Além de Musgrave, Samuelson (1954) e Tiebout (1956) oferecem duas perspectivas, embora distintos, para o desenvolvimento do federalismo fiscal. Enquanto Samuelson (1954) aborda o problema do *free-rider* decorrente da provisão de bens públicos e a necessidade de uma estrutura de governo centralizada, sustentando que o mercado não é um bom candidato para a provisão eficiente de bens públicos e que a intervenção do governo é necessária para atrair indivíduos para internalizar os custos e benefícios dos bens públicos, Tiebout (1956) sugere o contrário. Para este autor, cada governo local autônomo possui um padrão de receitas e despesas que reflete os desejos de seus habitantes. Isso acontece pois, exceto quanto o sistema está em equilíbrio, haverá sempre um subconjunto de eleitores-consumidores descontentes com os padrões de sua localidade, e o outro conjunto satisfeito. Em função desta suposta mobilidade, o eleitor-consumidor se move para a comunidade que satisfaz ao seu padrão de preferência por bens e serviços públicos. O modelo Tiebout finalmente resolve o problema do *free-rider* sem intervenção política do governo central.

Samuelson (1954) e Tiebout (1956), apesar de suas diferenças filosóficas, identificam duas questões que Oates (1972) aborda extensivamente em sua teoria do tradicional do federalismo fiscal ou simplesmente a primeira geração do federalismo: as preferências heterogêneas para bens públicos e externalidades do consumo desses bens. De acordo com Tiebout (1956) e Oates (1972), os governos subnacionais são mais responsáveis perante os cidadãos do que o governo nacional devido ao controle local da alocação de recursos para a provisão de bens públicos. A responsabilidade, neste contexto, é, segundo Oates (1972, p. 11) “a sensibilidade de preferências variáveis entre os moradores das diferentes comunidades”, articulando ainda mais este argumento através do teorema da descentralização: se os gostos do cidadão para um bem público particular são heterogêneos e o custo de produzir o bem é o mesmo para todos os níveis governamentais, os governos locais produzirão tal bem mais eficientemente do que o governo central (Oates 1972). Além da questão da heterogeneidade, o federalismo fiscal também se preocupa com o efeito de *spillover*. Alguns bens e serviços públicos estendem seus benefícios em diferentes áreas geográficas muito diferentes.

O descompasso entre o efeito *spillover* e o campo de atuação governamental pode gerar uma má alocação de recursos, gastos inadequados para alguns serviços e comportamento *free-rider*. Oates, através da teoria das transferências intergovernamentais, enfatiza as vantagens das concessões de contrapartida como a forma mais eficaz de transferências intergovernamentais. Ao induzir as localidades a combinar a gama de benefícios de um bem específico com um nível adequado de despesas, tais contrapartidas de subvenções ajudam a evitar a ineficiência alocativa.

No entanto, Oates (2005) reconhece duas fraquezas de sua teoria da primeira geração. Primeiro, Oates (1972) assume que os agentes públicos (por exemplo, burocratas, eleitos e funcionários públicos) agem em nome dos seus cidadãos. A teoria da segunda geração admite que os agentes públicos não servem necessariamente ao interesse público (Oates, 2005). Em segundo lugar, a teoria da primeira geração do federalismo fiscal enfatiza a disponibilidade de informações perfeitas entre governos nacionais e subnacionais. Oates (2005), todavia, reconhece que existe informação assimétrica entre governos nacionais e subnacionais. Neste caso, o governo nacional delega sua função alocativa aos agentes subnacionais através de relações fiscais intergovernamentais. O autor ainda sugere que nem

sempre as informações sobre o comportamento dos gastos dos governos subnacionais estarão disponíveis para o governo nacional.

A segunda geração da teoria de federalismo fiscal aborda também o problema da assimetria da informação entre os governos subnacionais e nacionais. Esta informação assimétrica resulta no problema da restrição orçamentária (Oates, 2005). O autor aponta que, no cenário intergovernamental, as restrições orçamentárias podem ser sob a forma de subsídios, de empréstimos, de empréstimos intergovernamentais e de créditos da dívida pelo governo central. Na presença dessas restrições orçamentárias, "os governos locais têm um incentivo praticamente irresistível para expandir seus programas e gastos além de seus meios" (Oates 2005, p. 373). Além disso, essas expectativas de resgate acompanham a indisciplina fiscal subnacional, que é o culpado da instabilidade econômica em muitos países latino-americanos (Oates, 2005). Ou seja, existiria um problema de "free-rider" relativo às contas públicas. Como o governo central não deixaria um ente sub-federal quebrar (dado o custo político disto), este ente seria irresponsável financeiramente, sendo resgatado pelo poder central quando isto se tornasse inviável.

Por outro lado, Besley e Coate (2003) analisam, com um novo olhar, o *trade-off* entre o fornecimento centralizado e descentralizado de bens e serviços públicos locais. Os autores argumentam que a partilha de custos das despesas públicas locais, num sistema centralizado, cria um conflito de interesses entre os cidadãos de diferentes jurisdições. Se, por outro lado, as decisões de gastos forem tomadas por uma legislatura de representantes eleitos localmente, esse conflito de interesse ocorrerá no Legislativo. Desta forma, dependendo do comportamento do legislador, o resultado pode ser gastos públicos excessivos ou alocações de bens públicos caracterizados pela incerteza e má alocação de recursos entre as jurisdições. A extensão do conflito de interesses entre as jurisdições é afetada por *spillovers* e diferenças na preferência para alocação do gasto público. Assim, os autores propõem uma visão alternativa para explicar o *trade-off* entre centralização e descentralização da política fiscal.

Janeba e Wilson (2011) propuseram a divisão ótima de provisão de bens públicos entre os governos central e regional em uma economia com competição fiscal inter-regional. A provisão regional, segundo os autores, é ineficiente porque os governos competem pelo escasso capital baixando seus impostos sobre o capital e os níveis de bem público para níveis ineficientemente baixos. Por outro lado, a provisão central é ineficiente porque é

determinada pela coalizão mínima vencedora dentro de uma legislatura. O grau ideal de descentralização do fornecimento de bens públicos depende de uma compensação entre essas ineficiências. No modelo principal de Janeba e Wilson (2011), a centralização completa nunca é ótima: os governos regionais devem fornecer alguns bens públicos.

Para Oates (2005) a descentralização fiscal estimula o desenvolvimento e a experimentação de novas formas de políticas públicas, beneficiando o sistema político no sentido de entender que tipos de medidas funcionam ou não. Todavia, para Strumpf (2002), a aprendizagem social cria experiências de políticas bem-sucedidas que aprovacionam informações relevantes para todos os governos. Para este autor, a centralização produz mais inovação política se os governos locais são relativamente homogêneos ou em constituídos em grande número. No entanto, a descentralização pode produzir mais inovação política se houverem múltiplas políticas experimentais disponíveis.

Já para Tanzi (2008), a globalização nas últimas décadas ter criado bens públicos locais e atividades internacionais que exigiriam atenção pública ou a ação de um governo mundial. Devido à inexistência deste governo, suas atribuições são delegadas a organizações internacionais, acordos, tratados e outras formas de entendimentos internacionais. O autor sugere que este desenvolvimento enfraquece, ao logo do tempo, o papel dos governos centrais, o que pode, dentro deste contexto, reforçar a importância dos municípios.

2.2 Federalismo fiscal no Brasil e autonomia fiscal dos municípios

No Brasil, as relações fiscais intergovernamentais no Brasil foram marcadas pela alternância de fases de centralização e descentralização. Segundo Camargo (2004), ao final do Estado Novo, a redemocratização do País abriu uma nova fase de descentralização, marcado sobretudo pela ampliação do poder político dos Estados e pela reestruturação tributária, a qual aumentava as transferências das receitas arrecadadas pela União aos Estados e municípios, além de conceder uma maior autonomia fiscal e orçamentária a estes entes.

O período da ditadura foi marcado por um processo de forte centralização de poder e de recursos no âmbito do governo federal, ampliando consideravelmente a interferência das esferas subnacionais devido as mudanças introduzidas pela Constituição de

1967. Uma das ações da reforma tributária deste período, que perduram até hoje, foram as competências sobre as arrecadações de tributos, através da Lei nº 5.172/66, que instituía que o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produção Industrial (IPI) seriam de competência da União, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM), de competência dos Estados e o Imposto Territorial (IT) e o Imposto sobre Serviços (ISS), dos municípios. (CARVALHO, 2011). Ainda, segundo Amaral Filho (2004), a criação dos fundos de transferências municipal e estadual (FPM) e (FPE) eram uma maneira de manter um maior controle sobre o dinheiro que era transferido. Outro ponto levantado pelo autor é que, ainda que os Estados e Municípios tivessem receita sobre impostos a eles atribuídos, não tinham liberdade para fixar as alíquotas dos tributos, além de ter as despesas vinculadas às suas receitas, seja de fonte própria ou transferida.

Com o agravamento da crise econômica e o processo de redemocratização do país ao fim dos anos 1970, as esferas subnacionais de governo começaram sua luta pela descentralização tributária. (GIAMBIAGI, ALÉM, 2011). O processo de descentralização no Brasil, iniciado nos anos 1980 foi motivado pelo agravamento da crise econômica e do processo de redemocratização do país no final dos anos 1970, juntamente com a luta pelos governos subnacionais pela descentralização tributária. Tal processo foi aprofundado com a Constituição de 1988, e tinha como objetivo o fortalecimento financeiro e político de estados e municípios em detrimento do governo central, não sendo, portanto, uma descentralização conduzida pelo governo nacional, mas sim pelos estados e, sobretudo, pelos municípios através da representatividade adquirida no legislativo federal. (GIAMBIAGI, ALÉM, 2011).

A configuração do modelo de prestação de serviços públicos nacionais foi impactada substancialmente pela recuperação das bases federativas do Estado brasileiro. De acordo com Giambiagi e Além (2011, p. 326), “com a Constituição de 1988, os municípios foram reconhecidos como membros da federação, postos em condição de igualdade com os estados no que diz respeito a direitos e deveres”, o que contribuiu para aumentar de forma significativa a autonomia e participação destes entes subnacionais tanto no total da receita tributária quanto no total dos gastos públicos. A descentralização, neste período, ocorreu a partir da nova Constituição Federal que majorou a porcentagem dos fundos de participação dos estados e municípios.

Pela Constituição de 1988, os municípios foram autorizados a tributar as propriedades urbanas através do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), os serviços, pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a transferência comercial de propriedades pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Além das transferências voluntárias que os municípios podem receber tanto dos estados quanto da União, os municípios se apropriam, através das transferências federativas, de 25% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelos estados e 22,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Física (IRPF) e do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Jurídica (IRPJ) arrecadados pela União (PRADO, 2003).

A Constituição Federal de 88 reservou as funções tradicionais para o nível federal, como defesa, relações exteriores e controle do sistema financeiro e da oferta de moeda e, para grande parte das despesas públicas prevê responsabilidades compartilhadas, sendo a execução da maioria dos serviços públicos delegadas aos estados e municípios. Desta forma, apesar de a Constituição de 1988 delegar aos estados e municípios a execução da maioria dos serviços públicos, como saúde, saneamento, segurança, educação básica entre outros, a arrecadação de tributos relevantes ficou concentrada o governo federal, causando um déficit de receitas decorrente de uma defasagem entre arrecadação e necessidade de despesas nas esferas subnacionais de governo. Além disso, instituiu-se limites e regras de atuação para as esferas subnacionais, como a imposição de níveis mínimos de gastos nas áreas de saúde e educação e, a partir da LC nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu mais restrições do ponto de vista fiscal aos entes públicos.

O artigo 212 da Constituição Federal de 1988 determina, na área educacional, a aplicação mínima de 18% pela união e 25% pelos estados, Distrito Federal e municípios da receita resultante de impostos, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Adicionalmente, os estados e municípios devem destinar uma parcela mínima de 60% sobre o montante anual dos recursos creditados nas contas dos entes públicos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012 estabelece, na área da saúde, que os municípios e o Distrito Federal destinem, no mínimo, 15% da receita proveniente de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde.

As transferências vinculadas, ou seja, aquelas que devem ser aplicadas em áreas determinadas de acordo com certas especificidades, a exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Sistema Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), entre outras, constituem-se em outros tipos de limitações às atividades municipais.

Neste ponto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu mais restrição do ponto de vista fiscal aos entes públicos, até mesmo em períodos eleitorais. A LRF já em seu primeiro artigo estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Apesar dos municípios conviverem com vários tipos de restrições de ordem fiscal, os gestores municipais ainda dispõem de ampla autonomia para destinar os recursos em diferentes áreas e tipos de despesas. Tal autonomia é assegurada pelas receitas não vinculadas, como as receitas tributárias, a transferência recebida do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dentre outras, que asseguram aos gestores a discricionariedade para aplicá-las de acordo com suas preferências.

Em relação aos períodos eleitorais, a LRF estabelece que é vedado ao gestor, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito. Complementarmente, o inciso V do artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 proíbe, ressalvados casos

previstos, nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, dentre outras restrições.

A partir destes fatos, percebe-se que os municípios devem observar diversos elementos normativos que impõem limites especificados, sobretudo a LRF, porém, possui ampla autonomia para destinar os recursos disponíveis de acordo com as preferências e prioridades da administração. Essa liberdade na destinação dos recursos disponíveis permite aos gestores ajustar a composição do gasto público, seja aumentando ou reduzindo certos tipos de despesas em períodos eleitorais, de modo que contribua para o aumento da probabilidade de reeleição.

3 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS

Ciclos econômicos políticos (ligados ao calendário eleitoral) seriam criados pelas diferentes políticas econômicas implementadas ao longo de uma gestão. Políticos tenderiam a ser mais conservadores no início de suas gestões, aplicando políticas expansionistas no final (quando ocorreriam novas eleições). Isto geraria um ciclo econômico definido pela duração das gestões políticas.

Downs (1957), um dos precursores da teoria dos ciclos políticos, salienta a ideia de que as estratégias econômicas não são escolhas politicamente inofensivas e que os políticos não são livres de preocupações econômicas. Esta teoria foi sistematizada e ganhou vertentes na década de 1970 a partir dos estudos de Nordhaus (1975) sobre ciclos políticos de negócios, em que constrói um modelo que mostra que os políticos, agindo de forma “oportunista”, criam condições econômicas favoráveis antes de uma eleição e, a fim de corrigir esse desequilíbrio artificial, implementam medidas contracionistas imediatamente após as eleições. Seu modelo, no entanto, baseia-se na premissa de que os eleitores tomam suas decisões eleitorais com base em expectativas adaptativas e avaliam os políticos com base no passado. Alternativamente, Hibbs Junior (1977) introduziu a teoria partidária, considerando que os políticos, quando no poder, se comportam de maneira partidária, sendo os partidos de esquerda, contrariamente aos partidos de direita, são mais preocupados com o desemprego do que com a inflação.

Assim, parecia ser inegável a existência de ciclos políticos na economia. Empiricamente, parecia ser bastante disseminado, entre os políticos, este comportamento (medidas restritivas no início do mandato e expansionistas no final). Ou seja, os políticos buscariam “enganar” os eleitores. Entretanto, isto não parece ser compatível com eleitores minimamente racionais. Como as eleições se repetem continuamente, é muito pouco razoável supor que os eleitores não “aprenderiam” esta estratégia e buscassem punir os políticos de comportamento oportunista.

Tentando resolver este dilema, na década de 1980 surgiram as teorias que consideram que os eleitores formam suas expectativas racionalmente. Para os modelos oportunistas racionais de Rogoff e Sibert (1988), os eleitores têm expectativas racionais, mas não possuem informações sobre a competência dos formuladores de política (como a

capacidade de fornecer mais bens públicos). No período pré-eleitoral, os decisores políticos, a fim de demonstrar a sua competência, optam por uma maior despesa pública. Já para o modelo partidário-racional de Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988) o *trade-off* entre desemprego e inflação terá um peso diferente para cada partido, de acordo com suas ideologias e com base nas expectativas racionais dos eleitores. Outra perspectiva é a apontada por Shachar (1993), onde os políticos executam políticas tidas como ideias pelos eleitores conforme a aproximação das eleições. Isso ocorre porque os eleitores racionais sofrem de esquecimento, e dão mais peso às novas observações do que as antigas.

A pesquisa empírica sobre ciclos políticos é bastante vasta. Brander e Drazen (2005) descobriram que o aumento da despesa ou déficit durante o ano eleitoral possui maior incidência em países que são novas democracias ou que passaram recentemente pela transição para a democracia. Mais tarde, Shi e Svensson (2006) encontraram evidências de que a incidência de ciclos políticos orçamentários é muito maior nos países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos e que a magnitude dos ciclos depende das características institucionais do país. Fialho (1997) verificou que há relação entre o comportamento de determinadas variáveis macroeconômicas e ações do governo em anos eleitorais no Brasil, enquanto que Preussler e Portugal (2003) concluíram que há evidências de oportunismo na taxa de inflação e na despesa total do governo federal.

Drazen e Eslava (2010), ao estudar os municípios colombianos, apresentam um modelo de ciclos políticos orçamentários em que os políticos e eleitores possuem preferências por diferentes tipos de gastos governamentais. Os governantes, em vez de utilizar a despesa global ou as receitas, tentam influenciar os eleitores mudando a composição dos gastos públicos. De acordo com os autores, os eleitores racionais podem apoiar um governante que aumente os gastos em períodos eleitorais, mesmo que tais gastos possam ser devido a manipulação oportunista por parte do titular do cargo, uma vez que, por outro lado, pode refletir a preferência sincera do governante pelos gastos que os eleitores apoiam. Drazen e Eslava (2005) descobriram um aumento de gastos direcionados, combinado com uma contração de outros tipos de despesa e evidenciaram uma resposta dos eleitores a essa composição de gastos.

Veiga e Veiga (2007), a fim de testar os ciclos políticos de negócios nos municípios portugueses encontrou evidências de que os prefeitos manipulam os instrumentos

de política econômica antes das eleições a fim de sinalizar maior competência. Os autores analisaram que os municípios diminuem os impostos no ano (ou dois anos) antes das eleições e os déficits orçamentários e as despesas aumentam. Os resultados encontrados pelos autores ainda mostram que há um aumento nos gastos com investimentos.

Em relação aos governos subnacionais, Rosenberg (1992) concluiu que em períodos pré-eleitorais, as despesas com o desenvolvimento do governo local se afastam significativamente seus níveis normais. Geys (2007) analisando a dívida pública dos municípios flamengos encontrou evidências de ciclos políticos, salientando que quanto maior a incerteza política enfrentada pela coalizão, maior é a chance de se envolverem em ciclos políticos.

3.1 Evidências Brasileiras

Para os municípios brasileiros, Sakurai (2009) indicou que o ciclo eleitoral foi observado mais expressivamente em algumas funções governamentais que compõem os orçamentos, inferindo que manipulações de elevação de despesa em funções específicas, por terem efeito mais imediato à população, surgem como forte apelo político junto aos eleitores. Sakurai e Menezes-Filho (2008) evidenciaram que prefeitos que gastam mais durante o seu mandato aumentam a probabilidade de sua própria reeleição. Sakurai e Menezes-Filho (2011), para o período de 1989 a 2005, identificaram uma diminuição dos investimentos públicos em anos eleitorais, além de uma diminuição do excedente orçamentário devido ao aumento de despesa e diminuição das receitas fiscais.

Outros estudos exploram os ciclos políticos para os municípios brasileiros. Araujo Jr., Cançado e Shikida (2005), em uma análise para os municípios mineiros nas eleições de 2000 encontraram evidências que variáveis políticas atuam como facilitador para reeleição de um prefeito. Quanto às receitas, os resultados sugerem que os eleitores premiam os governantes que captam recursos para o município. Arvate, Mendes e Rocha (2010) ao estudarem 2.732 municípios brasileiros na eleição de 2000 para verificarem se os eleitores preferem um comportamento fiscal conservador ou expansionista no período eleitoral, concluíram que os eleitores brasileiros preferem prefeitos que aumentam os gastos públicos. Klein (2010) testou a presença de ciclos político-orçamentários analisando 5.406 municípios

na eleição de 2004 e encontrou evidências que prefeitos que apresentaram maiores chances de se reelegerem aumentaram gastos em anos eleitorais.

Klein e Sakurai (2015) exploraram os diferentes incentivos eleitorais enfrentados pelos prefeitos de primeiro mandato – que são elegíveis para reeleição – e os prefeitos de segundo mandato – que são legalmente proibidos para representar outro mandato, comparando as diferenças no comportamento fiscal entre os prefeitos. Os autores estudaram dois ciclos eleitorais compreendendo 3393 municípios entre 2001 e 2008. Os resultados encontrados pelos autores sugerem que os prefeitos de primeiro mandato, durante as eleições, diminuem as receitas tributárias e alteram sua composição orçamentária, passando dos gastos correntes para os relacionados ao capital, enquanto os saldos orçamentários e as despesas totais permanecem inalterados.

Os achados de Klein e Sakurai (2015) são consistentes com os modelos de sinalização de ciclos políticos na literatura, onde os governantes, com o objetivo de maximizar suas chances de reeleição sujeitas a restrições institucionais sobre déficits fiscais alteram a composição dos gastos em anos eleitorais.

Sakurai (2005), ao analisar 572 municípios paulistas em três eleições no período de 1989 e 2001 identificou, por meio de modelos de regressão onde a variável dependente é a *dummy* que indica se o ano é eleitoral, impulsos positivos na despesa orçamentária em anos eleitorais. Sakurai (2005), ao verificar a racionalidade no comportamento dos eleitores, constatou que os eleitores não conseguem dissociar os efeitos das variáveis exógenas observadas e construir uma avaliação inequívoca dos candidatos.

Carvalho e Oliveira (2009), ao avaliarem o comportamento das prefeituras fluminenses entre 1998 a 2006 no que se refere a comportamentos cíclicos nos gastos públicos e resultados eleitorais identificaram impulsos positivos das despesas no período eleitoral, sobretudo aqueles referentes às funções transporte e legislativa. Os resultados obtidos pelos autores sugerem que os prefeitos realizam superávits financeiros em anos não eleitorais para utilizar o excesso no ano eleitoral. Ainda, os resultados sugerem que a coincidência entre o partido do prefeito e do governador e/ou presidente apresentou uma correlação negativa, exceto para a função transporte.

Para Minas Gerais Araujo Jr., Cançado e Shikida (2005) analisaram a relação entre a probabilidade de reeleição municipal em Minas Gerais no ano de 2000 e algumas variáveis políticas, fiscais e macroeconômicas utilizando-se o modelo *logit*. Os resultados obtidos pelos autores sugerem que a probabilidade de um prefeito se reeleger diminui à medida que as despesas administrativas aumentam. Por outro lado, a probabilidade de reeleição aumenta à medida que a receita total do município aumenta. Quando analisada as variáveis políticas, os resultados alcançados pelos autores sugerem que a probabilidade de reeleição aumenta quando o candidato pertence ao mesmo partido do governador e do presidente, sendo este último com maior impacto marginal.

Silva (2010) analisou o comportamento dos gastos públicos em municípios mineiros entre 2000 e 2008 e a relação de suas flutuações com os períodos eleitorais a fim de detectar comportamentos cíclicos na condução da política fiscal. Foram testadas as despesas orçamentárias, os gastos sociais e os gastos econômicos através da utilização da abordagem de dados em painel. Os resultados obtidos sugerem que a receita orçamentária se apresenta como a variável que melhor explica o aumento dos gastos públicos em períodos eleitorais. A autora encontrou evidências que a despesa orçamentária e os gastos eleitorais apresentaram impulsos positivos em anos eleitorais, tanto para os municípios quanto para as mesorregiões separadamente. Para o período pós-eleitoral, os resultados sugerem uma redução do volume de gastos públicos, evidenciando um ajuste fiscal de curto prazo como forma de compensar o aumento de despesa nos períodos anteriores.

Araújo *et al.* (2010) avaliaram a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições municipais em Minas Gerais de 2000 a 2004 e concluíram que os gastos previstos pelos eleitores e os choques de competência do candidato à reeleição determinam as chances de uma vitória em caso de reeleição e que há evidências de racionalidade no comportamento dos eleitores que elegeram candidatos de partido de esquerda no conjunto das duas eleições. Os resultados ainda evidenciam que há aumento dos gastos em anos eleitorais, mas que estes não são suficientes, já que há um comportamento racional dos eleitores que punem desempenhos passados dos políticos.

As pesquisas brasileiras diferem dos resultados de Brender e Drazen (2008) que não encontraram evidências de que um aumento no déficit orçamentário do governo durante o ano eleitoral realmente ajuda o prefeito a se reeleger, apresentando um

comportamento conservador por parte dos eleitores dos países analisados. No âmbito geral, as pesquisas tanto internacionais quanto nacionais evidenciam a manipulação das despesas em direção a gastos públicos mais perceptíveis pela população.

4 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: RECEITAS E DESPESAS

Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não-devolutivo recebidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, visto que tem como finalidade atender às despesas públicas (BRASIL, 2004).

Segundo a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as receitas orçamentárias dos municípios podem ser classificadas, segundo a categoria econômica, em correntes e de capital.

As receitas correntes se dividem em receitas tributárias – impostos, taxas e contribuições de melhorias -, as receitas de contribuições, patrimoniais, agropecuária, industrial, de serviços, bem como as transferências correntes e outras receitas correntes. As receitas de capital são compostas por operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Quanto à origem dos recursos, as receitas correntes podem ser próprias e/ou oriundas de transferências constitucionais. As receitas próprias se constituem basicamente em receitas tributária, patrimonial, industrial e de serviços. O Artigo 156 da Constituição Federal de 1988 determina que os impostos de competência dos municípios são aqueles que incidem sobre a propriedade predial e territorial (IPTU), a transmissão de bens imóveis intervivos (ITBI) e os serviços de qualquer natureza (ISSQN) sendo estes impostos que compõem grande parte das receitas tributárias dos municípios brasileiros. Ainda, se constituem como receita tributária as taxas e contribuições de melhoria. Em Minas Gerais, há o recebimento da Compensação Financeira Exploração de Recursos Minerais (CFEM) como contrapartida pela exploração das riquezas minerais nos municípios (LEITE, 2009 *apud* WANDERLEY *et al.* 2014)

O ISSQN, segundo estudos de Bremaeker (2013) sobre as receitas tributárias municipais brasileiras, foi identificado como principal tributo municipal, representando cerca de 54,51% do montante das receitas tributárias dos municípios, ficando à frente de impostos como o IPTU.

As transferências intergovernamentais, segundo Mendes (2004), são classificadas em constitucionais e voluntárias. As transferências constitucionais são determinadas pela Constituição Federal de 1988 e/ou em regras e leis preestabelecidas e possuem uma sub-classificação: podem ser condicionais ou incondicionais. As transferências constitucionais condicionais possuem sua aplicação vinculada a um fim específico e nas incondicionais, o repasse é feito sem a determinação de destinação específica. Já as voluntárias são acordos de cooperação financeira entre União, Estados e Municípios.

Na composição das receitas municipais, as transferências estaduais se compõem basicamente da cota-parte da arrecadação dos impostos estaduais – IPVA e ICMS – que são efetuadas nos municípios, estando fortemente associada com a base produtiva municipal (WANDERLEY et al, 2014). Desta forma, na sua formação, quanto maior for a arrecadação no município, maior será a participação nas transferências estaduais.

Segundo Oliveira, Fortes e Andrade (2000),

as transferências estaduais são representadas, principalmente, pela cota-parte (25%) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas também pelos repasses de 50% do Imposto sobre a Produção de Veículos Automotores (IPVA), além de outras, como 50% das multas do IPVA, 25% das multas do ICMS e 25% da dívida ativa tributária. (OLIVEIRA; FORTES; ANDRADE, 2000, p. 653).

As transferências federais compõem, por sua vez, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que constitui a maior transferência de recursos financeiros da União para os municípios e tem por objetivo reduzir e, conseqüentemente, igualar as receitas dos municípios brasileiros em relação à arrecadação tributária da União e dos estados (SANTOS, SANTOS, 2014).

De acordo com Oliveira, Fortes e Andrade (2000),

as transferências federais advêm do repasse de 22,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de 22,5% do Imposto de Renda (IR), através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A União repassa também 50% do Imposto Territorial Rural (ITR), o imposto retido na fonte do funcionalismo municipal e 2,5% do IPI via participação no Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados, ou Fundo de Exportação (FPEX).

Quadro 1 – Tipos de impostos segundo a fonte de recurso

	TIPO	FATO GERADOR	TRANSFERÊNCIA
P R Ó P R I A	ISS	A prestação de serviço constante da lista (CTN) por empresa ou profissional autônomo	100% do total arrecadado no município
	IPTU	A propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis	
	ITBI	A transmissão de bem inter-vivos	
	Taxas	Custear os serviços disponíveis à sociedade	
	Contribuições	Decorrente de obras públicas	
E S T A D U A L	ICMS	A saída e a entrada de mercadorias em estabelecimentos comercial, industrial ou produtor	25% da arrecadação no município
	IPVA	A propriedade de veículos automotores	50% da arrecadação no município
F E D E R A L	FPM (IR+IPI)	IR - toda renda proveniente do rendimento do capital, do trabalho ou de ambos, e todo o acréscimo ao patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas	23,5% de IPI+IR (líquido)
		IPI - produção que sai do estabelecimento industrial	
	IPI - Exportação	Ressarcimento aos estados exportadores	25% aos municípios
	FEX	Auxílio financeiro de estímulo às exportações (eventual)	25% aos municípios
	Cide	Contribuição que incide sobre importação e comercialização de combustíveis	25% são repassados aos municípios dos Estados 25% transferidos aos Estados
	ITR	Propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora da zona urbana do Município	50% ou 100% aos municípios
	CFEM	Utilização econômica pela exploração de recursos minerais	65% da arrecadação no município
Royalties	Destinados à indenização dos Estados e dos Municípios pelos danos econômicos, sociais e ecológicos causados pela atividade de exploração do petróleo	20% aos municípios produtores e 17% aos não produtores	

Fonte: Tristão (2003). Elaboração própria.

É válido ressaltar que atualmente o FPM possui algumas condicionalidades. Do valor total bruto das transferências, 20% são destinados ao Fundo de Educação Básica (FUNDEB), 15% para o Sistema Único de Saúde (SUS) e 1% para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), restando 64% dos repasses sem imposição de condicionalidades (SANTOS, SANTOS, 2014).

Já as despesas públicas municipais podem ser classificadas sob três óticas: a) da finalidade do gasto (classificação funcional); b) da natureza do gasto (classificação econômica) ou c) do órgão responsável pela execução do gasto (classificação institucional).

Quanto à finalidade, as despesas são normalmente classificadas em funções e subfunções, dependendo do grau de agregação adotado. A classificação dos gastos por funções é, segundo Rezende (2012, p. 67) “necessária para a efetiva implantação da técnica orçamento-programa, que objetiva aumentar a eficiência e a eficácia na programação dos dispêndios governamentais”. As funções são o legislativo, o judiciário, essencial à justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, segurança nacional, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, comunicações, energia, transportes, desporto e lazer e encargos especiais.

Quanto à natureza do gasto, esta pode ser decompostas em despesas correntes e de capital. As despesas correntes englobam despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes – transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, benefícios previdenciários e outras despesas correntes. Já as despesas de capital se compõem de investimentos, inversões financeiras, amortizações de dívidas e outras despesas de capital.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Amostra e definição das variáveis

Este trabalho consiste na análise dos 853 municípios mineiros em relação aos gastos públicos e resultados eleitorais nos anos de 2004, 2008 e 2012. Para tanto, os dados utilizados foram extraídos do site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para informações eleitorais sobre candidatos e partidos políticos. Em relação às despesas públicas, estas foram obtidas através do banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, o Finanças do Brasil (Finbra), que contém os dados contábeis dos municípios. Por fim, os dados sobre a população e produto municipal foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP).

Alguns municípios foram excluídos da amostra devido à ausência de alguma das variáveis de controle e de dados financeiros nos anos analisados. Após a exclusão, a amostra apresenta-se de acordo com o exposto na tabela 1, discriminada de acordo com a região de planejamento.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa segundo região de planejamento

Unidade	2004			2008			2012		
	Universo	Amostra	%	Universo	Amostra	%	Universo	Amostra	%
Alto Paranaíba	31	28	90,32%	31	31	100,00%	31	31	100,00%
Central	124	117	94,35%	124	124	100,00%	124	120	96,77%
Centro-Oeste	56	51	91,07%	56	56	100,00%	56	52	92,86%
Jequitinhonha - Mucuri	66	65	98,48%	66	64	96,97%	66	56	84,85%
Mata	143	134	93,71%	143	143	100,00%	143	137	95,80%
Metropolitana	33	32	96,97%	33	33	100,00%	33	32	96,97%
Noroeste	18	18	100,00%	18	18	100,00%	18	18	100,00%
Norte	90	85	94,44%	90	90	100,00%	90	83	92,22%
Rio Doce	102	98	96,08%	102	101	99,02%	102	94	92,16%
Sul de Minas	155	150	96,77%	155	154	99,35%	155	146	94,19%
Triângulo	35	35	100,00%	35	35	100,00%	35	33	94,29%
Total	853	813	95,31%	853	849	99,53%	853	802	94,02%

Fonte: Elaboração própria.

A amostra da pesquisa equivale a 95,31%, 99,53% e 94,02% para os anos 2004¹, 2008² e 2012³, respectivamente. Notadamente percebe-se que, em termos absolutos, a

¹ Os municípios excluídos da amostra de 2004 são: Barão de Monte Alto, Caeté, Cambuquira, Carmo de Minas, Cascalho Rico, Córrego do Bom Jesus, Córrego Novo, Desterro de Melo, Dona Eusébia, Ewbank da Câmara,

região Noroeste, apesar de apresentar 100% da amostra em todos os anos analisados, é a que possui menor participação na porcentagem total. A Região Sul de Minas, a despeito de ter alguns municípios excluídos da amostra em detrimento da ausência de dados, possui a maior participação absoluta.

As variáveis desta pesquisa, para fins de compreensão, foram agrupadas em i) dependente; ii) independentes e; iii) controle.

A variável dependente analisada, ou seja, aquela que é influenciada pelas demais variáveis, consiste em averiguar se o partido político do prefeito municipal conseguiu a recondução no processo eleitoral.

Quadro 2 – Variável dependente

Variável	Classificação	Descrição
RP	0	Partido político não foi reconduzido ao poder
	1	Partido político foi reconduzido ao poder

Nota: Recondução do partido

Fonte: Elaboração própria

Trata-se de uma variável binária que indica se o atual partido político conseguiu a recondução ao poder. A análise pela recondução do partido e não do atual prefeito justifica-se uma vez que a manipulação de determinados tipos de despesa pode ocorrer para aumentar tanto as chances de reeleição quanto a de algum correligionário.

As variáveis independentes, ou seja, variáveis que afetam a variável dependente são, para este trabalho, aquelas capazes de serem manipuladas em períodos eleitorais. Desta forma, pretende-se analisar como os grupos de despesa referente a pessoal e

Guarani, Guarará, Iguatama, Itaúna, Januária, Jordânia, Lagoa Santa, Moeda, Nova Ponte, Oliveira Fortes, Ouro Fino, Patrocínio do Muriaé, Pedras de Maria da Cruz, Pequi, Pingo D'Água, Piranguçu, Planura, Pratinha, Resende Costa, Santa Fé de Minas, São José da Safira, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, Senador Cortes, Tapirai, Ubá,

² Os municípios excluídos da amostra de 2008 são: Cascalho, Mesquita, Peçanha, Serra do Salitre.

³ Os municípios excluídos da amostra de 2012 são: Almenara, Alpercata, Aracitaba, Arantina, Ataléia, Belmiro Braga, Berilo, Bertópolis, Cajuri, Capitão Andrade, Central de Minas, Coronel Pacheco, Cruzília, Datas, Descoberto, Dolores de Campos, Ewbank da Câmara, Fama, Francisco Badaró, Frei Inocêncio, Fronteira dos Vales, Glaucilândia, Ipiacu, Itacambira, Itaguara, Itambacuri, Itinga, Jenipapo de Minas, Jequitai, Martins Soares, Mendes Pimentel, Monte Formoso, Orizânia, Passa-Vinte, Paulistas, Pedrinópolis, Queluzito, Riacho dos Machados, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Maria do Salto, Santa Rita do Itueto, Santana do Jacaré, São João do Manteninha, São Pedro dos Ferros, São Romão, São Sebastião do Rio Preto, Senador José Bento, Serranópolis de Minas, Tabuleiro, Verdelândia.

encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, classificadas como natureza de despesa pública, e as funções orçamentárias de administração, legislativa, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, transporte e desporto e lazer afetam a variável independente. No quadro 3 é apresentada a descrição das variáveis segundo a natureza de despesa.

Quadro 3 – Descrição das variáveis independentes segundo a natureza de despesa

Variável	Nomeclatura	Descrição
Despesa corrente	COR	Despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.
Pessoal e encargos sociais	PES	Despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador.
Juros e encargos da dívida	JED	Grupo de natureza de despesa no qual são orçados o adimplemento de juros, comissões, dívida pública mobiliária e despesas com operações de crédito internas e externas.
Outras despesas correntes	ODC	Grupo de natureza da despesa em que se computam os gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio alimentação etc.
Despesa de capital	CAP	Despesas relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.
Investimentos	INV	Agrupa toda e qualquer despesa relacionada com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis e instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

continua

continuação

Inversões financeiras	FIN	Grupo de natureza da despesa que abrange os gastos com: aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas concessão de empréstimos, entre outros.
Amortização da dívida	AMORT	Pagamento do principal da dívida pública, inclusive parcela relativa à atualização monetária e cambial.

A partir da definição das variáveis classificadas como natureza de despesa, definiu-se os sinais esperados, de acordo com pesquisas realizadas que relacionam tais gastos com a probabilidade de reeleição. Os gastos com investimentos, segundo Drazen e Eslava (2010), expandiriam-se significativamente por serem atraentes para os eleitores e se relacionam positivamente com a probabilidade de reeleição. Por outro lado, segundo os autores, pagamentos de juros, transferências para aposentados e contratos de trabalho temporário em anos eleitorais são penalizados pelos eleitores e reduzem a probabilidade de recondução, o que faz com que diminuam em anos eleitorais. Outro grupo de gastos que se espera que afete negativamente a probabilidade de reeleição são despesas correntes e outras despesas correntes, por serem consideradas gastos não-finalísticos. Todavia, Drazen e Eslava (2010) consideram que despesas relacionadas ao serviço da dívida estão fora do controle discricionário dos gestores públicos. Deste modo, juros e encargos da dívida e amortização da dívida não são testados empiricamente. Outro grupo da natureza de despesa não testado corresponde a inversões financeiras, visto que é pouco usual a nível municipal.

Quanto às funções orçamentárias, espera-se que as funções saúde e educação não apresentem significância estatística. Apesar de serem despesas finalísticas, há limites mínimos de gasto definidos na Constituição Federal de 1988 que limitam a discricionariedade dos gestores nestes dois grupos. As funções Legislativa, Administração e Transporte, por serem gastos não-finalísticos, espera-se que apresentem uma relação negativa com a probabilidade de recondução. Para as demais funções, espera-se uma relação positiva.

As variáveis de controle são tamanho do município, se o atual prefeito tentou reeleição no pleito, tamanho do município, principais partidos que tentaram recondução no pleito, região de planejamento a qual pertence o município e receita orçamentária. Para a variável binária que avalia se o prefeito tentou ou não reeleição espera-se uma relação positiva, visto que se apresenta em vantagem em relação aos demais candidatos do pleito.

Quanto ao tamanho do município, espera-se que este tenha uma relação negativa com a probabilidade de reeleição visto a maior dependência de ações governamentais em relação aos municípios de grande porte.

É valido ressaltar que as variáveis foram deflacionadas a fim de tirar o efeito da inflação no montante das receitas e despesas. Além disso, os gastos estão em termos *per capita*.

5.2 Modelo econométrico

Para avaliar como a probabilidade de reeleição do partido no pleito é afetada pela composição da despesa pública dos municípios mineiros optou-se pela utilização de modelo *probit* com dados em painel (dado que trabalhar-se-á com dados de diferentes municípios em diferentes anos). A utilização de dados em painel permite que, no caso em questão, os municípios, sejam acompanhados ao longo do tempo, além da possibilidade de se controlar o comportamento das eleições municipais (recondução ou não do partido político) que estão susceptíveis à heterogeneidade não observável.

Uma regressão com dados em painel, com m indivíduos (no nosso caso, municípios) observações em T períodos (gerando mT observações) e K variáveis, pode ser representado da seguinte forma:

$$y_{it} = X_{it}\beta + u_{it}, \quad i = 1, \dots, m \quad t = 1, \dots, T \quad (1)$$

Onde y_{it} é a variável dependente, X_{it} é um vetor $1 \times k$ de observações sobre as variáveis explicativas, β é um vetor $k \times 1$ de parâmetros a serem estimados e u_{it} os erros aleatórios.

Existem duas formas mais utilizadas de estimação do modelo de dados em painel: o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios. (BALTAGI, 2005; DAVIDSON, MACKINNON, 1999; GREENE, 2002; STOCK, WATSON, 2004; WOOLDRIDGE, 2011).

O modelo de efeitos fixos é um método para o controle de variáveis omitidas em dados em painel quando estas se diferenciam entre os indivíduos, mas não mudam ao longo do tempo. O modelo de efeitos fixos pode ser utilizado quando há duas ou mais observações de tempo para cada indivíduo. (STOCK, WATSON, 2004).

Para Cameron e Trivedi (2009) apud Fávero *et al.* (2014), os modelos de efeitos fixos podem apresentar correlação entre os regressores e os efeitos no nível do indivíduo, o que requer a eliminação ou controle dos efeitos fixos para uma estimação consistente.

No modelo de efeitos aleatórios, se não for observada heterogeneidade, pode ser assumido que as variáveis incluídas no modelo não são correlacionadas, e o modelo pode ser descrito como:

$$y_{it} = x'_{it}\beta + \alpha + u_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Isso significa que o efeito individual é uma variável aleatória semelhante ao termo de erro ε_{it} . Como se trata de um modelo de regressão linear com um composto de perturbação, pode ser estimado por mínimos quadrados generalizados (MQG). A diferença crucial entre os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios é se o efeito individual não observado incorpora elementos que são correlacionados com os regressores do modelo, não se estes efeitos são ou não estocásticos (GREENE, 2002).

A decisão da utilização do melhor modelo, se efeitos fixos ou aleatórios pode ser feito através de testes de especificação, como o teste de *Hausman*. Este teste baseia-se na hipótese que, na ausência de correlação, tanto o modelo de MQO quanto o modelo de MQG são consistentes, mas MQO é ineficiente. Um teste para verificar a existência de heterocedasticidade no modelo é o de *Breusch-Pagan*, que tem por base o multiplicador de Lagrange e pode ser aplicado pela aplicação repetida do modelo de mínimos quadrados. (HSIAO, 2003). Ou seja, na presença de correlação entre o efeito idiossincrático de cada município e suas variáveis independentes, o modelo de efeito aleatório geraria estimadores viesados, mas não os estimadores de efeito fixo. Na ausência destas correlações, ambos os estimadores seriam não-viesados, mas os de efeito fixo seriam menos eficientes (uma vez que sua variância aumenta). O teste de Hausman testa se ambos os estimadores são

estatisticamente iguais. Caso o sejam, deve-se ficar com os estimadores de efeito aleatório (mais eficientes). Caso estes não sejam iguais, deve-se ficar com os estimadores de efeito fixo (não viesados).

A utilização do modelo *probit* é recomendável quando se emprega variáveis dependentes qualitativas binárias, como é o caso se o partido foi ou não reconduzido. Com este método de estimação é possível obter a probabilidade de que determinado evento ocorra.

O modelo de regressão *probit* com uma única regressão x é:

$$\Pr(Y = 1|X) = \Phi(\beta_0 + \beta_1 X) \quad (3)$$

onde Φ é a função de distribuição normal padrão cumulativa.

No modelo *probit*, o termo $\beta_0 + \beta_1 X$, desempenha o papel de "z" na distribuição normal padrão cumulativa. Já o coeficiente *probit* β_1 representa a mudança no valor de z associado a uma mudança de unidade em X. Ou seja, se β_1 é positivo, um aumento em X aumenta o valor z e, assim, aumenta a probabilidade de que $Y = 1$; Se, por outro lado, β_1 é negativo, um aumento em X diminui a probabilidade de que $Y = 1$. Embora o efeito de X no valor z seja linear, seu efeito sobre a probabilidade não é linear. (STOCK, WATSON, 2004).

Na seção seguinte serão apresentados e discutidos os resultados deste trabalho.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A amostra da pesquisa consiste em 813, 849 e 802 municípios nos anos de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. A tabela 2 apresenta o sucesso que os partidos que tentaram reeleição obtiveram nos pleitos nas três eleições analisadas.

Tabela 2 – Quantitativo de partidos que obtiveram sucesso nas eleições, Minas Gerais, 2004-2012

Partido Reeleito	2004		2008		2012		Total
	Universo	%	Universo	%	Universo	%	
Não	254	56,19%	229	39,35%	254	52,81%	737
Sim	198	43,81%	353	60,65%	227	47,19%	778
Total	452	100%	582	100%	481	100%	1515

Fonte: Elaboração própria.

Em Minas Gerais, nas três eleições analisadas, é possível observar que o pleito em que os partidos obtiveram maior êxito foi em 2008, quando 353 dos 582 partidos conseguiram recondução ao poder, ou seja, uma taxa de 60,65% de sucesso. Em 2004, foi a eleição em que os partidos obtiveram menor sucesso na reeleição, com 43,81% e em 2012 foi a eleição com recondução ao poder de 227 dos 481 partidos.

Quando se analisa o sucesso na eleição dos cinco maiores partidos que tentavam recondução ao poder, observa-se que o Partido dos Trabalhadores (PT), em termos relativos, foi o partido que logrou maior sucesso nos pleitos de 2004 e 2008, quando logrou êxito em 50% e 73,33% dos municípios em que disputava a reeleição. Em 2012, o Partido da República (PR) se reelegeu em 21 dos 39 municípios em que disputava a reeleição, uma taxa de sucesso de 53,85%. Por outro lado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi o partido que alcançou menor sucesso nos pleitos de 2004 e 2008, com uma taxa de recondução de 36,03% e 51,40%, respectivamente. Em 2012, o Democratas (DEM), logrou menor sucesso, com 40% de recondução nos municípios em que disputava a reeleição. Em termos absolutos, o PR é o partido com o menor número de reconduções, com 9, 34 e 21 partidos reconduzidos. A tabela 3 apresenta o sucesso na eleição de acordo com o partido.

Tabela 3 – Partidos que obtiveram sucesso na reeleição, Minas Gerais, 2004-2012

Partido	Reeleito	2004		2008		2012	
		Universo	%	Universo	%	Universo	%
DEM	Sim	38	47,50%	46	56,10%	22	40,00%
	Não	42	52,50%	36	43,90%	33	60,00%
Total		80	100%	82	100%	55	100%
PMDB	Sim	49	36,03%	55	51,40%	34	41,46%
	Não	87	63,97%	52	48,60%	48	58,54%
Total		136	100%	107	100%	82	100%
PR	Sim	9	40,91%	34	60,71%	21	53,85%
	Não	13	59,09%	22	39,29%	18	46,15%
Total		22	100%	56	100%	39	100%
PSDB	Sim	42	48,84%	66	62,26%	46	52,27%
	Não	44	51,16%	40	37,74%	42	47,73%
Total		86	100%	106	100%	88	100%
PT	Sim	14	50,00%	55	73,33%	36	50,00%
	Não	14	50,00%	20	26,67%	36	50,00%
Total		28	100%	75	100%	72	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos prefeitos que buscam a reeleição, percebe-se que em 2008 foi o pleito em que houve um maior número de candidatos, 542. Ainda, em 2008 foi o pleito em que a taxa de sucesso na recondução ao poder foi o maior, com 67,71%. Por outro lado, em 2012, o número de municípios em que os candidatos tentam reeleição cai para 297 e na eleição de 2004 os candidatos obtiveram a menor taxa de sucesso na recondução, com 48,53%. Os resultados são apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Candidatos que obtiveram sucesso no pleito, Minas Gerais, 2004-2012

Candidato Reeleito	2004		2008		2012		Total
	Universo	%	Universo	%	Universo	%	
Não	175	51,47%	175	32,29%	144	48,48%	494
Sim	165	48,53%	367	67,71%	153	51,52%	685
Total	340	100%	542	100%	297	100%	1179

Fonte: Elaboração própria.

6.1 Natureza dos gastos públicos e resultados eleitorais

Para testar a probabilidade de recondução do partido através da composição da natureza dos gastos públicos, utilizou-se o modelo *probit*. Para evitar correlação entre as variáveis, visto que quando se aumento de um gasto outro necessariamente diminui, optou-se pela adoção de procedimento semelhante ao utilizado por Drazen e Eslava (2010) e analisou-

se as variáveis separadamente. Optou-se, também, por analisar cada ano eleitoral separadamente (ou seja, não se trabalhou com dados em painel inicialmente).

A tabela 5 apresenta os resultados para a estimação das variáveis de controle e gastos com pessoal. A significância das variáveis foi verificada pela estatística z e a significância do modelo pela estatística LR.

Tabela 5 – Influência de despesa com pessoal sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,61056	-0,4655	-0,8168	-2,8023 *	-1,9932 **	-3,2186 *
Pessoal e Encargos	-0,1027 ***	-0,3079 **	0,09138	-0,3447	0,2062 ***	0,2576
PMDB		0,8048 *		0,7145 *		0,7471 *
PT		1,2403 *		1,2446 *		1,0681 *
DEM		1,0707 *		0,8159 *		0,6335 *
PSDB		1,2014 *		0,9234 *		1,0813 *
PR		0,8538 *		0,8961 *		0,8913 *
População de 10000 a 50000		0,2489		-0,0138		-0,1627
População de 50000 a 100000		0,9339 **		0,1899		-1,2358 *
População de 100000+		0,8433		0,0765		-0,3176
Candidato tentou reeleição		0,5995 *		0,8130 *		0,8717 *
Alto Paranaíba		-1,6771		0,1269		-0,6919 **
Central		-0,1240		0,0063		-0,4790 *
Centro-Oeste		-0,0144		-0,0461		-0,0080
Jequitinhonha		-0,2481		0,0058		-0,1094
Mata		-0,0869		0,1457		-0,1814
Metropolitana		0,1806		-0,6844 **		-1,2899 *
Noroeste		-0,3496		0,5586 ***		-0,3398
Norte		0,0466		0,2001		-0,4501 **
Rio Doce		-0,0413		-0,1255		-0,0762
Triângulo		-0,0942		2,6265		-0,3875
Receita Orçamentária		0,3931 **		0,5078 ***		0,0502
LR χ^2	3,49	175,37	0,61	220,66	2,70	213,44
Prob > χ^2	0,0618	0,000	0,4343	0,0000	0,1005	0,0000
Pseudo R ²	0,0039	0,1944	0,0005	0,1914	0,0028	0,2233

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos evidenciam que gastos com pessoal e encargos em 2004 afetavam negativamente as chances de reeleição do partido, corroborando com resultados encontrados por Drazen e Eslava (2010). Nos anos de 2008 e 2012, não foram encontradas significância estatística que relacionasse os gastos com pessoal e as chances de reeleição. Por outro lado, pertencer ao PMDB, PT, DEM, PSDB ou PR aumentavam significativamente as chances de reeleição nos pleitos de 2004, 2008 e 2012. O mesmo acontece para o caso em que os candidatos tentam reeleição, o que demonstra que os prefeitos que já estão no poder

possuem mais chances de se elegerem novamente do que seus correligionários, com significância estatística a nível de 1%.

Quanto ao tamanho do município, em 2004, esta apresentou significância estatística a nível de 5% de confiança para municípios que possuíam população de 50.000 a 100.000 habitantes, o que indica que nestes municípios, os partidos obtiveram maiores chances de reeleição. O mesmo resultado é observado em 2012, a nível de 1%.

No que tange a região de planejamento, em 2008, partidos que tentavam reeleição apresentaram relação negativa com a probabilidade de reeleição na região Metropolitana a nível de 5% e apresentavam maiores chances de recondução caso pertencessem à região Noroeste, a nível de 10% de confiança. Em 2012, os partidos que tentavam reeleição nas regiões Alto Paranaíba, Central, Metropolitana e Norte tinham menores chances de recondução ao poder, a níveis de 5% e 10% de confiança. Em 2004, nenhuma das regiões analisadas apresentaram significância estatística.

Tabela 6 - Influência de despesa com pessoal em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2011

Variáveis	2003		2007		2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-1,9182 ***	-4,0598 *	-0,4229	-2,4669 *	-2,1004 **	-3,1504 *
Pessoal e Encargos	0,1970 **	-1,0230 *	0,0322	-0,3987	0,22507 ***	0,2518
PMDB		0,7841 *		0,7223 *		0,7464 *
PT		1,2327 *		1,2481 *		1,0683 *
DEM		1,0598 *		0,8171 *		0,6397 *
PSDB		1,2393 *		0,9303 *		1,0963 *
PR		0,8619 *		0,9106 *		0,8915 *
População de 10000 a 50000		-0,0185		-0,0202		-0,1685
População de 50000 a 100000		0,2416		0,1952		-1,2431
População de 100000+		-0,1754		0,0780		-0,3247
Candidato tentou reeleição		0,6374 *		0,8200 *		0,8642 *
Alto Paranaíba		0,0708		0,1667		-0,6746 **
Central		-0,0955		0,0225		-0,4813 *
Centro-Oeste		-0,0576		-0,3961		-0,0063
Jequitinhonha		-0,2708		0,0115		-0,1126
Mata		-0,0436		0,1584		-0,1719
Metropolitana		0,1321		-0,7148 **		-1,2832 *
Noroeste		-0,3690		0,5706 ***		-0,3386
Norte		0,0106		0,2022		-0,4482 **
Rio Doce		-0,0800		-0,1180		-0,0821
Triângulo		-0,1803		0,2713		-0,3787
Receita Orçamentária		1,2824 *		0,5138 ***		0,0503
LR χ^2	2,62	178,15	0,10	220,30	3,03	213,14
Prob > χ^2	0,1054	0,0000	0,7556	0,0000	0,0818	0,0000
Pseudo R ²	0,0029	0,1975	0,0001	0,1911	0,0032	0,2233

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao período não eleitoral, percebe-se que as significâncias e sinais não diferem do período eleitoral, o que indica que, em 2003, despesas com pessoal afetavam negativamente a chance de reeleição do partido político. Por outro lado, gastos com pessoal e encargos em 2007 e 2011 não apresentam significância estatística, indicando que estes gastos não eram relevantes para definir as chances de recondução ao poder.

Tabela 7 - Influência de outras despesas correntes sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,12665	-0,4775	-1,2576 ***	-2,6023 **	-1,8082 **	-2,9922 *
Outras despesas correntes	-0,0679	-0,1054	0,16045 **	0,1571	0,18644	0,2286
PMDB		0,4741 **		0,7099 *		0,7508 *
PT		1,0927 **		1,2494 *		1,0688 *
DEM		1,2527 *		0,8068 *		0,6557 *
PSDB		1,2735 *		0,9176 *		1,0816 *
PR		0,4254		0,9138 *		0,8818 *
População de 10000 a 50000		-0,1327		-0,0187		-0,1596
População de 50000 a 100000		0,3637		0,1887		-1,2534 *
População de 100000+		0,1413		0,0548		-0,3470
Candidato tentou reeleição		0,7271 *		0,8123 *		0,8561
Alto Paranaíba		0,2457		0,1493		-0,6980 **
Central		-0,3241		0,0090		-0,4742 *
Centro-Oeste		0,1288		-0,0338		0,0168
Jequitinhonha		-0,4557		0,0239		-0,1229
Mata		-0,2270		0,1507		-0,1817
Metropolitana		0,2744		-0,7190 **		-1,2812 *
Noroeste		-0,2153		0,5729 ***		-0,3396
Norte		-0,1301		0,2102		-0,4564 **
Rio Doce		-0,3258		-0,1130		-0,0708
Triângulo		0,0816		0,2628		-0,3383
Receita Orçamentária		0,0585		0,0383		0,054489
LR χ^2	1,01	90,80	3,19	218,89	2,50	211,36
Prob > χ^2	0,3151	0,000	0,0739	0,0000	0,1142	0,0000
Pseudo R ²	0,0023	0,2095	0,0028	0,1902	0,0026	0,2219

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 7 apresenta os resultados para gastos com outras despesas correntes. O que se pode verificar é que gastos com outras despesas correntes não foram significativos estatisticamente para explicar a probabilidade de recondução dos partidos. Apenas quando se analisa outras despesas correntes separadamente, no ano de 2008, é que se percebe que tal gasto afeta positivamente a probabilidade de recondução ao nível de 5%.

Tabela 8 - Influência de outras despesas correntes em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2011

Variáveis	2003		2007		2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-2,2069 *	-4,0519 *	-0,6380	-2,2567 **	-1,6068 **	-2,3183 **
Outras despesas correntes	0,2480 **	-0,2367	0,06593	0,0379	0,1550	0,1240
PMDB		0,7925 *		0,7166 *		0,7555 *
PT		1,2158 *		1,2416 *		1,0644 *
DEM		1,0741 *		0,8110 *		0,6251 *
PSDB		1,2396 *		0,9275 *		1,0792 *
PR		0,8700 *		0,8952 *		0,8800 *
População de 10000 a 50000		-0,0683		-0,0186		-0,2065
População de 50000 a 100000		0,2215		0,1963		-1,2819 *
População de 100000+		-0,1786		0,0649		-0,3784
Candidato tentou reeleição		0,5940 *		0,8120 *		0,8636 *
Alto Paranaíba		0,0621		0,1563		-0,6759 **
Central		-0,1408		0,0109		-0,4730 **
Centro-Oeste		-0,0231		-0,0349		-0,0005
Jequitinhonha		-0,2226		0,0153		-0,1320
Mata		-0,0795		0,1527		-0,1820
Metropolitana		0,1317		-0,7220 **		-1,2695 *
Noroeste		-0,3773		0,5744 ***		-0,3381
Norte		0,0793		0,2088		-0,4719 **
Rio Doce		-0,0154		-0,1304		-0,0801
Triângulo		-0,1190		0,2666		-0,3454
Receita Orçamentária		0,5792		0,0982		0,0599
LR χ^2	5,32	170,34	0,52	216,67	1,79	211,76
Prob > χ^2	0,0210	0,000	0,4699	0,0000	0,1808	0,0000
Pseudo R ²	0,0059	0,1887	0,0005	0,1885	0,0019	0,2216

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Como apresentado na tabela 8, gastos com outras despesas correntes não foram estatisticamente significantes para determinar as chances de recondução do partido político ao poder. Apenas em 2003, analisando-se separadamente tal despesa é que se percebe que esta pode afetar positivamente as chances de reeleição do partido, ao nível de 5%.

Já as despesas com investimentos apresentaram significância estatística apenas em 2012, ao nível de 1%. Isso significa que municípios onde os partidos candidatos à recondução aplicaram mais recursos neste tipo de despesa obtiveram mais chances de se reelegerem. Por outro lado, em 2004 e 2008, este tipo de gasto não apresentou significância estatística, indicando que maiores ou menores gastos em investimentos não afetaram a chance dos partidos se reelegerem. Os resultados estão apresentados na tabela 9.

Tabela 9 - Influência de gastos com investimentos sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,7378	-1,9077	-0,7146 ***	-2,6072 **	-2,3432 *	-3,4178 *
Investimentos	-0,0058	0,0888	0,0933 **	0,0795	0,32341 *	0,4008 *
PMDB		0,3732 ***		0,7259 *		0,7295 *
PT		1,0660 **		1,2409 *		1,0700 *
DEM		1,2756 *		0,8263 *		0,6690 *
PSDB		1,3045 *		0,9158 *		1,0793 *
PR		0,4623		0,9087 *		0,8854 *
População de 10000 a 50000		-0,3313		-0,0212		-0,0655
População de 50000 a 100000		-0,0559		0,1726 *		-1,1276 *
População de 100000+		-0,4542		0,0656		-0,0662
Candidato tentou reeleição		0,7627 *		0,8119		0,8924 *
Alto Paranaíba		0,3485		0,1441		-0,8513 **
Central		-0,3188		0,0085		-0,4843 **
Centro-Oeste		0,1078		-0,0348		-0,0706
Jequitinhonha		-0,4782		0,0320		-0,1257
Mata		-0,2973		0,1545		-0,1881
Metropolitana		0,2271		-0,7136 **		-1,2481 *
Noroeste		-0,2268		0,5637 ***		-0,3783
Norte		-0,1339		0,2213		-0,4699 **
Rio Doce		-0,3496		-0,1261		-0,0764
Triângulo		0,0887		0,2748		-0,4142
Receita Orçamentária		-0,0684		0,1186		0,0151
LR chi ²	0,01	92,18	1,73	219,23	24,14	232,79
Prob > chi ²	0,9119	0,000	0,1880	0,0000	0,0000	0,0000
Pseudo R ²	0,0000	0,2142	0,0015	0,1905	0,0254	0,2449

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados encontrados para os anos sem efeito eleitoral indicam que os partidos que executaram maiores despesas com investimentos um ano antes das eleições aumentaram as chances de recondução ao poder, ao nível de 1% para os anos 2003 e 2011 e 5% para 2007. Isso sugere que, a despeito dos anos de 2004 e 2008 não terem apresentado resultados significativos, as despesas com investimentos foram realizadas um ano antes das eleições, o que aumentaram as chances de reeleição. Tais resultados corroboram com estudos de Drazen e Eslava (2010), que chegaram a resultados semelhantes. As variáveis de controle apresentam resultados semelhantes aos obtidos para o período eleitoral. Os resultados estão apresentados na tabela 10.

Tabela 10 - Influência de gastos com investimentos em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	2003		2007		2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,3100 *	-2,5685 **	-0,8787	-1,7855 ***	-2,9197 *	-4,0667 *
Investimentos	-2,0921 *	0,3864 *	0,1339	0,1969 **	0,43514 *	0,5504 *
PMDB		0,7845 *		0,7249 *		0,7991 *
PT		1,2494 *		1,2172 *		1,0785 *
DEM		1,0457 *		0,8355 *		0,7240 *
PSDB		1,2562 *		0,9367 *		1,1100 *
PR		0,8737 *		0,9143 *		0,8762 *
População de 10000 a 50000		-0,0486		-0,0078		0,0024
População de 50000 a 100000		0,2251		0,1766		-1,0805 *
População de 100000+		-0,1839		0,0741		-0,0468
Candidato tentou reeleição		0,6351 *		0,8162 *		0,8824 *
Alto Paranaíba		0,0932		0,1705		-0,7492 **
Central		-0,1455		0,0180		-0,5062 *
Centro-Oeste		-0,0701		-0,0410		-0,0633
Jequitinhonha		-0,2819		0,0704		-0,1212
Mata		-0,0330		0,1775		-0,1777
Metropolitana		-0,0315		-0,7338 **		-1,2599 *
Noroeste		-0,3277		0,5751 ***		-0,4210
Norte		0,0043		0,2107		-0,4587 **
Rio Doce		-0,1325		-0,1001		-0,0477
Triângulo		-0,1356		0,2631		-0,4064
Receita Orçamentária		-0,0905		-0,0695		-0,0070
LR χ^2	23,61	186,69	4,58	223,07	35,22	247,03
Prob > χ^2	0,0000	0,0000	0,0324	0,0000	0,0000	0,0000
Pseudo R ²	0,0263	0,2077	0,0040	0,1935	0,0369	0,2590

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Analisando-se a natureza dos gastos públicos com dados em painel, tanto com a utilização do modelo de efeitos fixos quanto de efeitos aleatórios percebe-se que gastos com pessoal e encargos apresenta significância estatística e afeta negativamente as chances de reeleição do partido em anos eleitorais. Por outro lado, gastos com investimentos aumentam a probabilidade dos partidos se reconduzirem ao poder e apresentam significância estatística tanto se analisados com ou sem a influência das variáveis de controle. Outro ponto que merece destaque é que as *dummies* que representam os partidos e se o candidato tentou reeleição mostram-se significativos ao nível de 1%, sugerindo que pertencer a estes partidos ou ser um candidato que está no poder aumentam as chances de reeleição em relação aos correligionários. Os resultados são apresentados na tabela 11.

Tabela 11 – Influência da natureza dos gastos sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012, dados em painel com efeitos fixos e aleatórios

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	0,2129	-0,1884	Constante	0,5987 *	0,2452 **
Pessoal e Encargos	-0,1570 **	-0,0985 **	Pessoal e Encargos	-0,1094 *	-0,0617 **
Outras Despesas Correntes	0,0922	0,0776	Outras Despesas Correntes	0,0115	-0,0140
Investimentos	0,1090 ***	0,0930 *	Investimentos	0,0768 *	0,0665 *
PMDB		0,1826 *	PMDB		0,1772 *
PT		0,3527 *	PT		0,3470 *
DEM		0,2648 *	DEM		0,2703 *
PSDB		0,3304 *	PSDB		0,3159 *
PR		0,2656 *	PR		0,2648 *
População de 10000 a 50000		-0,0052	População de 10000 a 50000		-0,0355 ***
População de 50000 a 100000		-0,0573	População de 50000 a 100000		-0,0541
População de 100000+		-0,0206	População de 100000+		-0,0373
Candidato tentou reeleição		0,3023 *	Candidato tentou reeleição		0,2481 *
Alto Paranaíba		-	Alto Paranaíba		-0,0261
Central		-	Central		-0,0524
Centro-Oeste		-	Centro-Oeste		-0,0007 **
Jequitinhonha		-	Jequitinhonha		-0,0425
Mata		-	Mata		-0,0048
Metropolitana		-	Metropolitana		-0,1619 *
Noroeste		-	Noroeste		0,0259
Norte		-	Norte		-0,0365
Rio Doce		-	Rio Doce		-0,0381
Triângulo		-	Triângulo		0,0149
Receita Orçamentária		-0,0097	Receita Orçamentária		0,0058
F	9,74	44,73	Wald > chi ²	54,63	624,34
Prob > F	0,0000	0,0000	Prob > chi ²	0,0000	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Quando analisado para períodos sem efeito eleitoral, gastos com pessoal e encargos, outras despesas correntes não apresentam significância estatística enquanto que gastos com investimentos apresentam significância estatística ao nível de 1% e aumentam as chances dos partidos se reelegerem, quando analisados utilizando-se o modelo de efeitos aleatórios. Através do modelo de efeitos fixos as variáveis pessoal e encargos e outras despesas correntes passam a apresentar significância estatística ao nível de 1% e 10%, respectivamente. Quando analisados juntamente com as variáveis de controle gastos com outras despesas correntes passa a ser não significativo, indicando que as características de tais variáveis interferem tal gasto. Outro ponto que merece destaque é que gastos com investimentos são significativos (tanto no modelo de efeitos fixos quanto no modelo de efeitos aleatórios) o que indica que tal gasto, efetivamente, o resultado do pleito favoravelmente aos partidos que buscam a recondução. Os resultados são apresentados na tabela 12.

Tabela 12 – Influência da natureza dos gastos em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2011, dados em painel com efeitos fixos e aleatórios

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	0,2129	-0,1884	Constante	0,1567	-0,0499
Pessoal e Encargos	-0,1570 *	-0,0985 ***	Pessoal e Encargos	-0,0626	-0,0554
Outras Despesas Correntes	0,0922 ***	0,0776	Outras Despesas Correntes	0,0080	0,0118
Investimentos	0,1090 *	0,0930 *	Investimentos	0,1048 *	0,1034 *
PMDB		0,1826 *	PMDB		0,2076 *
PT		0,3527 *	PT		0,3588 *
DEM		0,2648 *	DEM		0,2575 *
PSDB		0,3304 *	PSDB		0,3308 *
PR		0,2656 *	PR		0,2851 *
População de 10000 a 50000		-0,0052	População de 10000 a 50000		-0,0167
População de 50000 a 100000		-0,0573	População de 50000 a 100000		-0,0387
População de 100000+		-0,0206	População de 100000+		-0,0313
Candidato tentou reeleição		0,3023	Candidato tentou reeleição		0,2404 *
Alto Paranaíba		-	Alto Paranaíba		-0,0311
Central		-	Central		-0,0512 ***
Centro-Oeste		-	Centro-Oeste		-0,0171
Jequitinhonha		-	Jequitinhonha		-0,0309
Mata		-	Mata		0,0045
Metropolitana		-	Metropolitana		-0,1661 *
Noroeste		-	Noroeste		0,0081
Norte		-	Norte		-0,0250
Rio Doce		-	Rio Doce		-0,0243
Triângulo		-	Triângulo		-0,0075
Receita Orçamentária		-0,0097	Receita Orçamentária		-0,0091
F	13,84	44,73	Wald chi ²	60,67	764,47
Prob>F	0,0000	0,0000	Prob > chi ²	0,0000	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Quando analisados os anos eleitorais com os anos sem efeito eleitoral para o modelo de efeitos fixos percebe-se que despesas com pessoal e encargos e investimentos em ano não eleitoral são significativos estatisticamente, enquanto que estes perdem significância estatística em anos eleitorais (quando analisados separadamente das variáveis de controle). Tal resultado pode indicar que há maiores gastos em anos não eleitorais e em anos eleitorais o aumento dos gastos se dê de forma incremental. O mesmo resultado é obtido quando se analisa conjuntamente com as variáveis de controle. Quanto ao resultado analisado pelo modelo de efeitos aleatórios, este pouco difere dos efeitos fixos. Apenas pessoal e encargos torna-se significativo estatisticamente ao nível de 1% no ano eleitoral sem o efeito das variáveis de controle. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 13.

Tabela 13 – Influência da natureza dos gastos em período com e sem efeito eleitoral Minas Gerais, 2003-2012, dados em painel com efeitos fixos e aleatórios

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	1,0305 *	-0,0779	Constante	0,5100 *	0,3685
Pessoal e Encargos - Ano eleitoral	-0,0190	0,0222	Pessoal e Encargos - Ano eleitoral	-0,0903 *	-0,0322
Outras Despesas Correntes - Ano eleitoral	-0,0125	-0,0159	Outras Despesas Correntes - Ano eleitoral	0,0220	-0,0041
Investimentos - Ano Eleitoral	0,0103	-0,0097	Investimentos - Ano Eleitoral	0,0485 *	0,0298 ***
Pessoal e Encargos - Ano não eleitoral	-0,2117 *	-0,1177 ***	Pessoal e Encargos - Ano não eleitoral	-0,0187	-0,0230
Outras Despesas Correntes - Ano não Eleitoral	0,0707	0,0828	Outras Despesas Correntes - Ano não Eleitoral	-0,0284	-0,0028
Investimentos - Ano não eleitoral	0,0821 *	0,0941 *	Investimentos - Ano não eleitoral	0,0687 *	0,0818 *
PMDB		0,1415 *	PMDB		0,1774 *
PT		0,2858 *	PT		0,3429 *
DEM		0,2658 *	DEM		0,2702 *
PSDB		0,3179 *	PSDB		0,3178 *
PR		0,2729 *	PR		0,2626 *
População de 10000 a 50000		-0,0231 *	População de 10000 a 50000		-0,0191
População de 50000 a 100000		-0,0531	População de 50000 a 100000		-0,0438
População de 100000+		-0,0141	População de 100000+		-0,0176
Candidato tentou reeleição		0,3345 *	Candidato tentou reeleição		0,2516 *
Alto Paranaíba		-	Alto Paranaíba		-0,0225
Central		-	Central		-0,0567
Centro-Oeste		-	Centro-Oeste		-0,0056
Jequitinhonha		-	Jequitinhonha		-0,0272
Mata		-	Mata		0,0026
Metropolitana		-	Metropolitana		-0,1691 *
Noroeste		-	Noroeste		0,0268
Norte		-	Norte		-0,0317
Rio Doce		-	Rio Doce		-0,0346
Triângulo		-	Triângulo		0,0108
Receita Orçamentária - Ano eleitoral		0,0813	Receita Orçamentária - Ano eleitoral		0,0781
Receita Orçamentária - Ano não eleitoral		-0,0934	Receita Orçamentária - Ano não eleitoral		-0,0905
F	7,11	5,40	Wald chi²	68,71	655,02
Prob>F	0,0000	0,0000	Prob > chi²	0,0000	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Funções orçamentárias e resultados eleitorais

Funções orçamentárias constituem o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público. Neste sentido, a tabela 14 apresenta a influência das funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução do partido político em período eleitoral. Os resultados obtidos evidenciam que, em 2004, os gastos em funções orçamentárias não foram significativos para a recondução do partido político ao poder quando analisados conjuntamente com as variáveis de controle. Analisando-se apenas as funções orçamentárias, os gastos com urbanismo tornam-se significativos e afetam positivamente a probabilidade de recondução do partido. Para o pleito de 2008, gastos com a função legislativa foram significativos ao nível de 5% e afetaram negativamente a probabilidade de reeleição do partido. Quando analisado sem o efeito das variáveis de controle, a função saneamento torna-se significativa ao nível de 10%, afetando positivamente a probabilidade de recondução. Em 2012, gastos com urbanismo foram significativos ao nível de 10% para a recondução do partido ao poder. Por outro lado, gastos com agricultura relacionavam-se negativamente com as chances de recondução do partido político, ou seja, maiores gastos nesta função diminuíam

as chances de reeleição. A análise sem os efeitos das variáveis de controle evidencia que gastos com saneamento diminuem as chances de reeleição, ao nível de 5%.

Tabela 14 - Influência de funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	2004		2008		2012	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	-0,3839	0,9558	-1,5106	-5,7097 ***	-1,4574	-6,7293 ***
Legislativa	-0,3035	-0,1819	-0,3390	-0,8643 **	0,0566	0,5582
Administração	0,2005	0,5307	-0,0470	-0,1159	-0,1511	-0,1440
Segurança	0,0372	0,0481	0,0195	0,0503	0,1538	0,1487
Assistência Social	-0,1084	-0,0271	-0,0051	-0,0857	-0,2121	-0,4669
Saúde	-0,3365	-0,1453	-0,2298	-0,4582	-0,0410	0,7857
Educação	0,1202	0,3089	0,5688	0,6893	-0,1294	-0,5091
Cultura	0,0781	0,1281	0,0626	0,0268	0,1533	0,0884
Urbanismo	0,2009 ***	0,1437	0,0885	0,1298	0,5398 **	0,6087 **
Habitação	0,0633	0,1119	0,0216	0,0616	-0,0354	0,0099
Saneamento	-0,0418	-0,0585	0,1043 ***	0,1034	-0,1754 **	-0,0624
Agricultura	-0,0187	0,0004	0,0254	-0,0432	-0,2123 **	-0,4220 *
Transporte	0,0899	0,1042	0,0742	0,0998	0,1640	0,2236
Desporto e Lazer	0,0180	0,0489	-0,1223	-0,1273	0,1742	0,1333
PMDB		0,8192 **		0,9139 *		1,2602 *
PT		1,9196 *		1,0273 *		1,5003 *
DEM		1,7007 *		1,0256 *		0,7395
PSDB		1,1904 *		0,8060 **		2,0987 *
PR		0,1084		0,5517		-0,3878
População de 10000 a 50000		-0,2005		-0,1158		0,3006
População de 50000 a 100000		0,6917		0,3494		-1,5021
População de 100000+		-0,3525		-0,8840		-1,7436 ***
Candidato tentou reeleição		0,5969 **		0,9371 *		1,1473 *
Alto Paranaíba		-0,4879		0,8842 ***		-
Central		0,0194		0,1993		-1,1117 ***
Centro-Oeste		0,2611		0,4324		-0,3015
Jequitinhonha		-0,1912		0,2675		0,0915
Mata		0,0537		0,5467		-0,5518
Metropolitana		-0,2815		-		-1,0556
Noroeste		0,8213		0,5078		0,1162
Norte		0,9201 ***		0,5052		-1,0941 ***
Rio Doce		-0,0261		0,4209		-0,0656
Triângulo		0,1176		0,8946 ***		-1,8464 **
Receita Orçamentária		-0,9753		0,8214		0,0901
LR chi²	12,87	72,79	8,59	66,67	23,13	83,92
Prob > chi²	0,4580	0,0001	0,8032	0,0003	0,0402	0,0000
Pseudo R²	0,0541	0,3061	0,0294	0,2336	0,1093	0,4022

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

A análise em períodos sem efeito eleitoral (apresentados na tabela 15) sugere que em 2003, ano anterior ao pleito de 2004, os gastos com habitação e saneamento foram significativos para explicar a probabilidade de recondução do partido. Maiores gastos com saneamento afetavam negativamente as chances de reeleição, ao passo que gastos com habitação eram positivos para os partidos que buscavam a recondução. Em 2007, gastos significativos foram visualizados com as funções legislativa, educação, urbanismo e

saneamento. Destes, a função legislativa afetava negativamente as chances de recondução. Em 2011, maiores gastos com administração afetavam substancialmente as chances de recondução do partido, de forma que, quanto maiores, menores as chances de se manterem no poder. Por outro lado, a função transporte mostrou-se significativa ao nível de 10% e afetava positivamente as chances de recondução.

Tabela 15 – Influência de funções orçamentárias em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2011

Variáveis	2003		2007		2011	
	Interesse	Completo	Interesse	Completo	Interesse	Completo
Constante	0,0108	-3,5843	-2,0494	-3,4119	-2,8042	-1,2161 *
Legislativa	-0,2762	-0,2368	-0,4041 ***	-0,9106 *	0,1147	0,5550
Administração	0,1209	-0,1002	-0,0816	0,1423	-0,5724 **	-0,9934 **
Segurança	-0,0007	-0,0083	-0,0270	-0,0152	-0,0300	-0,0662
Assistência Social	-0,0137	-0,0031	0,0728	-0,0421	0,1962	0,3370
Saúde	-0,1398	-0,5308	-0,5053	-0,6993	0,5022	1,2307
Educação	-0,1091	-0,5525	0,8050 ***	1,4718 **	-0,1431	0,7252
Cultura	0,1205	0,0672	0,0602	0,0745	0,0206	-0,0045
Urbanismo	0,1063	-0,0204	0,2228	0,4343 **	0,2218	0,0939
Habitação	0,1377 **	0,1735 ***	0,0024	0,0217	0,0026	-0,0246
Saneamento	-0,0709	-0,1611 ***	0,0475	0,1109 ***	-0,0355	0,0014
Agricultura	-0,0218	-0,0228	0,0044	-0,0198	0,0744	-0,0008
Transporte	0,0708	-0,0750	0,0310	0,0249	0,1910 ***	0,2741 ***
Desporto e Lazer	-0,0011	0,0541	0,1985 **	0,1869	-0,0597	-0,1385
PMDB		1,1433 *		0,8097 *		0,7716 ***
PT		2,7232 *		2,0039 *		2,1054 *
DEM		1,6844 *		1,3709 *		0,1082
PSDB		1,3279 *		0,6740 **		1,5371 *
PR		-		1,0148 **		0,0723
População de 10000 a 50000		0,1532		-0,2771		0,5333
População de 50000 a 100000		0,0129		0,0166		-0,4249
População de 100000+		-1,4551		-1,2763 ***		-0,4018
Candidato tentou reeleição		0,7921 *		0,9927 *		1,6804 *
Alto Paranaíba		0,4274		1,2126 ***		-2,0125
Central		0,2983		0,3769		-1,5631 *
Centro-Oeste		0,0255		0,0858		-0,1628
Jequitinhonha		-0,5002		0,2076		-0,1444
Mata		0,1521		0,2225		-0,3807
Metropolitana		0,3812		-		-2,7741 *
Noroeste		-		0,6024		-0,7054
Norte		0,4785		0,2558		-2,1018 *
Rio Doce		0,0035		0,3795		-0,7048
Triângulo		0,1547		0,6399		-
Receita Orçamentária		1,2943		-0,3623		-0,0441
LR chi²	10,69	64,72	20,04	90,94	14,21	100,49
Prob > chi²	0,6370	0,0004	0,0943	0,0000	0,3595	0,0000
Pseudo R²	0,0558	0,3423	0,0656	0,3055	0,0603	0,4353

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Já a análise dos anos eleitorais com modelo de efeitos fixos para as funções orçamentárias sugere que apenas gastos com educação foram significativos estatisticamente em anos eleitorais, ao nível de 10%. Para o modelo de efeitos aleatórios, as funções

legislativa, cultura, urbanismo e transporte foram significativas, sendo que maiores gastos com a função legislativa afetam negativamente as chances de reeleição do partido (é possível que maiores gastos legislativos impliquem em menores gastos finalísticos – não necessariamente em alguma função específica). Quando analisados conjuntamente com as variáveis de controle, apenas as funções urbanismo e habitação mostram-se significativas ao nível de 5% e 10%, respectivamente. Tais resultados podem indicar que os gastos captam efeitos das demais variáveis (tanto das variáveis de funções orçamentárias quanto das variáveis de controle), o que explicaria a perda de significância das funções legislativa, cultura e transporte. Os resultados estão descritos na tabela 16.

Tabela 16 – Estimação por efeitos fixos e aleatórios na influência de funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução, Minas Gerais, 2004-2012

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	1,0119	0,1213	Constante	0,0482	-0,3058
Legislativa	-0,0032	-0,0069	Legislativa	-0,1020 ***	-0,1005 ***
Administração	-0,0899	-0,0254	Administração	0,0177	-0,0203
Segurança	-0,0432	-0,0424	Segurança	0,0052	0,0142
Assistência Social	-0,0387	-0,0526	Assistência Social	-0,0281	-0,0265
Saúde	0,0855	0,1437	Saúde	-0,0596	-0,0335
Educação	-0,2499	-0,2804 ***	Educação	0,0821	0,1174
Cultura	0,0674	0,0222	Cultura	0,0355 ***	0,0164
Urbanismo	0,0541	0,0448	Urbanismo	0,0714 *	0,0497 **
Habitação	0,0101	0,0214	Habitação	0,0075	0,0155 ***
Saneamento	0,0362	0,0319	Saneamento	-0,0062	-0,0021
Agricultura	0,0311	0,0114	Agricultura	-0,0155	-0,0248
Transporte	0,0651	0,0081	Transporte	0,0405 **	0,0279
Desporto e Lazer	0,0358	0,0196	Desporto e Lazer	0,0111	0,0128
PMDB		0,0878	PMDB		0,2714 *
PT		0,3087 **	PT		0,3438 *
DEM		0,3555 *	DEM		0,3516 *
PSDB		0,1918	PSDB		0,2936 *
PR		-0,0989	PR		0,0753
População de 10000 a 50000		-0,0118	População de 10000 a 50000		-0,0511
População de 50000 a 100000		-0,3019 ***	População de 50000 a 100000		-0,0351
População de 100000+		-0,3658 **	População de 100000+		-0,2196
Candidato tentou reeleição		0,3676 *	Candidato tentou reeleição		0,2573 *
Alto Paranaíba		-	Alto Paranaíba		0,0195
Central		-	Central		-0,0301
Centro-Oeste		-	Centro-Oeste		0,0213
Jequitinhonha		-	Jequitinhonha		-0,0541
Mata		-	Mata		0,0228
Metropolitana		-	Metropolitana		-0,1341
Noroeste		-	Noroeste		0,0491
Norte		-	Norte		0,0269
Rio Doce		-	Rio Doce		0,0520
Triângulo		-	Triângulo		0,0674
Receita Orçamentária		0,0969	Receita Orçamentária		0,0201
F	1,31	4,34	Wald χ^2	27,12	212,03
Prob > F	0,2087	0,0000	Prob > χ^2	0,012	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

Quando se analisa a influência das funções orçamentárias em períodos sem efeito eleitoral (apresentados na tabela 17) percebe-se que a estimação por efeitos fixos indica

que as funções administração, segurança, saúde, educação, cultura, transporte e desporto e lazer são estatisticamente significantes e que apenas maiores gastos com saúde e cultura afetam positivamente as chances dos partidos se reelegerem. Por outro lado, quando se analisa levando-se em consideração as variáveis de controle, as funções saúde, cultura e desporto e lazer continuam estatisticamente significantes, ao passo que as demais funções perdem sua significância estatística. A análise com o modelo de efeitos aleatórios indica que, analisando separadamente as funções orçamentárias das variáveis de controle, apenas gastos com urbanismo são estatisticamente significante a nível de 5%. Com a introdução das variáveis de controle as funções legislativas, educação e urbanismo passam a ser significativas. Maiores gastos com a função legislativa diminuem as chances de recondução do partido, como observado anteriormente.

Tabela 17 – Estimação por efeitos fixos e aleatórios na influência de funções orçamentárias em período sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2011

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	0,6754	0,3527	Constante	-0,1155	-0,5792 **
Legislativa	0,1397	0,1058	Legislativa	-0,0740	-0,0780 ***
Administração	-0,2529 **	-0,0611	Administração	-0,0532	-0,0776
Segurança	-0,0632 ***	-0,0422	Segurança	-0,0045	0,0022
Assistência Social	-0,0612	-0,0517	Assistência Social	0,0065	-0,0027
Saúde	0,4166 **	0,1848	Saúde	0,0399	0,0206
Educação	-0,3945 ***	-0,3414 ***	Educação	0,0510	0,1439 ***
Cultura	0,0767 ***	0,0939 **	Cultura	0,0240	0,0081
Urbanismo	-0,0023	0,0177	Urbanismo	0,0539 **	0,0483 **
Habitação	-0,0086	-0,0053	Habitação	0,0086	0,0093
Saneamento	-0,0199	-0,0120	Saneamento	-0,0057	-0,0009
Agricultura	-0,0073	0,0147	Agricultura	-0,0020	-0,0153
Transporte	0,0822 ***	0,0295	Transporte	0,0282	0,0166
Desporto e Lazer	0,0912 ***	0,0795 **	Desporto e Lazer	0,0217	0,0162
PMDB		0,0176	PMDB		0,2080 *
PT		0,3347 **	PT		0,5006 *
DEM		0,3837 *	DEM		0,2830 *
PSDB		0,1872 ***	PSDB		0,2483 *
PR		0,0853	PR		0,1293
População de 10000 a 50000		-0,0434	População de 10000 a 50000		-0,0230
População de 50000 a 100000		-0,2619	População de 50000 a 100000		-0,0486
População de 100000+		-0,3908 **	População de 100000+		-0,2676 *
Candidato tentou reeleição		0,3689 *	Candidato tentou reeleição		0,3034
Alto Paranaíba		-	Alto Paranaíba		0,0424
Central		-	Central		-0,0239
Centro-Oeste		-	Centro-Oeste		0,0308
Jequitinhonha		-	Jequitinhonha		-0,0191
Mata		-	Mata		-0,0027
Metropolitana		-	Metropolitana		-0,1310
Noroeste		-	Noroeste		0,0492
Norte		-	Norte		-0,0702
Rio Doce		-	Rio Doce		0,0239
Triângulo		-	Triângulo		-0,0101
Receita Orçamentária		0,0280	Receita Orçamentária		0,0169
F	2,32	4,87	Wald χ^2	28,09	251,9
Prob > F	0,0071	0,0000	Prob > χ^2	0,0088	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

A análise com o modelo de efeitos fixos para as funções orçamentárias em períodos com e sem efeito eleitoral indica que, no período eleitoral, gastos em cultura e urbanismo são estatisticamente significantes ao nível de 10% e maiores gastos com urbanismo afetam negativamente as chances de recondução. Nos anos sem efeito eleitoral, maiores gastos com urbanismo são significativos estatisticamente e, ao contrário do que ocorre em anos eleitorais, aumentam as chances de reeleição do partido. Quando analisados conjuntamente com as variáveis de controle, a função administração mostra-se estatisticamente significativa ao nível de 5% e urbanismo a 1% em anos eleitorais. Em anos sem efeito eleitoral a função urbanismo é significativa a 1% de confiança. Com o modelo de efeitos aleatórios a função urbanismo continua significativa estatisticamente em período sem efeito eleitoral e em anos eleitorais quando se inclui as variáveis de controle, indicando a robustez deste gasto na recondução do partido. Em anos eleitorais, as funções legislativas e educação são estatisticamente significantes e maiores gastos com a função legislativa diminuem as chances de reeleição do partido, como constatado anteriormente. Os resultados estão apresentados na tabela 18.

Tabela 18 - Influência das funções orçamentárias em período com e sem efeito eleitoral, Minas Gerais, 2003-2012

Variáveis	Efeitos fixos		Variáveis	Efeitos aleatórios	
	Interesse	Completo		Interesse	Completo
Constante	1,9532 **	0,9015	Constante	-0,0090	-0,3218
Legislativa - Ano eleitoral	-0,1572	-0,1638	Legislativa - Ano eleitoral	-0,1451 **	-0,1188 **
Administração - Ano eleitoral	-0,2566	-0,2978 **	Administração - Ano eleitoral	-0,0389	-0,1145
Educação - Ano eleitoral	-0,0517	-0,1084	Educação - Ano eleitoral	0,2337 **	0,2053 ***
Cultura - Ano eleitoral	0,0896 ***	0,0213	Cultura - Ano eleitoral	0,0183	0,0115
Urbanismo - Ano eleitoral	-0,1059 ***	-0,1382 *	Urbanismo - Ano eleitoral	-0,0356	-0,0605 ***
Habitação - Ano eleitoral	0,0351	0,0241	Habitação - Ano eleitoral	-0,0005	0,0041
Transporte - Ano eleitoral	-0,0800	-0,0628	Transporte - Ano eleitoral	0,0049	0,0035
Desporto e Lazer - Ano eleitoral	0,0223	0,0319	Desporto e Lazer - Ano eleitoral	0,0037	-0,0018
Legislativa - Ano não eleitoral	0,1513	0,1827	Legislativa - Ano não eleitoral	0,0171	-0,0025
Administração - Ano não eleitoral	0,0684	0,0869	Administração - Ano não eleitoral	0,0411	0,0684
Educação - Ano não eleitoral	-0,1971	0,1091	Educação - Ano não eleitoral	-0,1704	-0,0366
Cultura - Ano não eleitoral	0,0435	0,0466	Cultura - Ano não eleitoral	0,0022	-0,0110
Urbanismo - Ano não eleitoral	0,1662 **	0,1684 *	Urbanismo - Ano não eleitoral	0,0834 **	0,0944 *
Habitação - Ano não eleitoral	-0,0235	0,0052	Habitação - Ano não eleitoral	0,0126	0,0098
Transporte - Ano não eleitoral	0,0844	0,0521	Transporte - Ano não eleitoral	0,0212	0,0169
Desporto e Lazer - Ano não eleitoral	0,0702	0,0520	Desporto e Lazer - Ano não eleitoral	0,0237	0,0299
PMDB		0,0933	PMDB		0,1949 *
PT		0,2745 **	PT		0,3681 *
DEM		0,1385	DEM		0,2347 *
PSDB		0,3524 *	PSDB		0,2828 *
PR		0,2338	PR		0,1825 **
População de 10000 a 50000		0,0477	População de 10000 a 50000		-0,0138
População de 50000 a 100000		-0,1918	População de 50000 a 100000		-0,0033
População de 100000+		-0,1232	População de 100000+		-0,1406
Candidato tentou reeleição		0,4129 *	Candidato tentou reeleição		0,2723 *
Alto Paranaíba			Alto Paranaíba		0,0313
Central			Central		-0,0659
Centro-Oeste			Centro-Oeste		0,0373
Jequitinhonha			Jequitinhonha		-0,0636
Mata			Mata		-0,0100
Metropolitana			Metropolitana		-0,1040
Noroeste			Noroeste		0,0311
Norte			Norte		-0,0335
Rio Doce			Rio Doce		-0,0244
Triângulo			Triângulo		0,0048
Receita Orçamentária - Ano eleitoral		0,4908	Receita Orçamentária - Ano eleitoral		0,3521 ***
Receita Orçamentária - Ano não eleitoral		-0,5390	Receita Orçamentária - Ano não eleitoral		-0,3763 ***
F	2,32	5,4	Wald χ^2	28,09	251,9
Prob > F	0,0071	0,0000	Prob > χ^2	0,0088	0,0000

Nota: *, **, *** representam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo analisar a influência dos gastos dos grupos natureza de despesa e funções orçamentárias sobre a probabilidade de recondução dos partidos em eleições municipais de 2004, 2008 e 2012 de Minas Gerais. Para tanto, foi utilizado o modelo probit e dados em painel com efeitos fixos e aleatórios para averiguar a existência de ciclos eleitorais.

No que tange a natureza dos gastos públicos, por representarem despesas não finalísticas, esperava-se que gastos com pessoal e encargos e outras despesas correntes apresentassem uma relação inversa com a probabilidade de reeleição do partido, ao passo que gastos com investimentos afetassem positivamente a recondução do partido.

A utilização do modelo probit para cada ano eleitoral indicou que despesas com pessoal e encargos em 2004 mostrou-se estatisticamente significativa e, como esperado, afetou negativamente as chances de reeleição do partido com o aumento dos gastos. Em 2012, quando analisada separadamente indicou uma relação positiva com a probabilidade de recondução do partido. No ano anterior à eleição quando analisados sem o efeito das variáveis de controle, maiores gastos com pessoal e encargos aumentaram as chances de recondução do partido nas eleições de 2004 e 2012.

Quanto a outras despesas correntes, esta apresentou-se estatisticamente significativa em 2008 quando analisada sem efeito das variáveis de controle, apresentando relação positiva com as chances de recondução do partido. No ano anterior à eleição de 2004, outras despesas correntes afetaram positivamente as chances de recondução do partido quando analisada separadamente das variáveis de controle.

Gastos com investimentos apresentaram significância estatística em 2012, tendo relação positiva com a probabilidade de recondução do partido. Os resultados encontrados para os anos sem efeito eleitoral indicam que os partidos que executaram maiores despesas com investimentos um ano antes das eleições aumentaram as chances de recondução ao poder nos três pleitos analisados.

Analisando-se a natureza dos gastos públicos com dados em painel, tanto com a utilização do modelo de efeitos fixos quanto de efeitos aleatórios percebe-se que gastos com pessoal e encargos apresenta significância estatística e afeta negativamente as chances de reeleição do partido em anos eleitorais, corroborando com o esperado para esse tipo de gasto. Por outro lado, gastos com investimentos aumentam a probabilidade dos partidos se reconduzirem ao poder e apresentam significância estatística tanto se analisados com ou sem a influência das variáveis de controle. Quando analisado para períodos sem efeito eleitoral, gastos com investimentos apresentam significância e aumentam as chances dos partidos se reelegerem, quando analisados utilizando-se o modelo de efeitos aleatórios. Através do modelo de efeitos fixos as variáveis pessoal e encargos e outras despesas correntes passam a apresentar significância estatística. Os resultados encontrados comprovam que maiores gastos com investimentos aumentam as chances de recondução do partido político.

Para as funções orçamentárias, os resultados obtidos com a utilização do probit evidenciam que, em 2004, os gastos com urbanismo tornam-se significativos e afetam positivamente a probabilidade de recondução do partido. Para o pleito de 2008, gastos com a função legislativa foram significativos e afetaram negativamente a probabilidade de reeleição do partido. Quando analisado sem o efeito das variáveis de controle, maiores gastos com saneamento afetaram positivamente a probabilidade de recondução. Em 2012, maiores gastos com urbanismo foram significativos para a recondução do partido ao poder. Por outro lado, gastos com agricultura relacionavam-se negativamente com as chances de recondução do partido político, ou seja, maiores gastos nesta função diminuía as chances de reeleição. A análise sem os efeitos das variáveis de controle evidencia que gastos com saneamento diminuem as chances de reeleição.

A análise em dados em painel para os anos eleitorais sugere que apenas gastos em educação foram significativos estatisticamente. Para o modelo de efeitos aleatórios, as funções legislativa, cultura, urbanismo e transporte foram significativas, sendo que maiores gastos com a função legislativa afetam negativamente as chances de reeleição do partido. Quando analisados conjuntamente com as variáveis de controle, apenas as funções urbanismo e habitação mostram-se significativas e com relação positiva com a probabilidade de reeleição. Tais resultados podem indicar que os gastos captam efeitos das demais variáveis (tanto das variáveis de funções orçamentárias quanto das variáveis de controle), o que explicaria a perda de significância das funções legislativa, cultura e transporte.

Quando se analisa a influência das funções orçamentárias em períodos sem efeito eleitoral percebe-se que a estimação por efeitos fixos indica que as funções administração, segurança, saúde, educação, cultura, transporte e desporto e lazer são estatisticamente significantes e que apenas maiores gastos com saúde e cultura afetam positivamente as chances dos partidos se reelegerem. Por outro lado, quando se analisa levando-se em consideração as variáveis de controle, as funções saúde, cultura e desporto e lazer continuam estatisticamente significantes, ao passo que as demais funções perdem sua significância estatística. A análise com o modelo de efeitos aleatórios indica que, analisando separadamente as funções orçamentárias das variáveis de controle, apenas gastos com urbanismo é estatisticamente significativa a nível de 5%. Com a introdução das variáveis de controle as funções legislativas, educação e urbanismo são significativas e maiores gastos com a função legislativa diminui as chances de recondução do partido, como observado anteriormente.

Os resultados sugerem, tanto para eleitos fixos quanto aleatórios que gastos com urbanismo são estatisticamente significantes para a recondução do partido ao poder. As demais variáveis que apresentaram significância podem sofrer a influência de determinadas características locais que podem viesar o resultado e indicar que, na verdade, a recondução do partido dá-se por outros motivos e não pela composição do gasto.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações de ordem metodológicas, que podem ser aperfeiçoadas por estudos futuros. A análise do período pós eleitoral no que diz respeito à composição dos gastos pode complementar os achados obtidos por este trabalho. Sugere-se, também, a análise individualizada de determinados tipos de gastos, sobretudo referentes às funções orçamentárias e investimentos. Este último integra subgrupos e, torna-se necessário avaliar quais gastos que o compõem sofrem alterações em períodos eleitorais.

REFERÊNCIAS

- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford 102(3): 651-678, 1987. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4552531/alesina_macroeconomic.pdf?sequence=2>. Acesso em: 25 set. 2016.
- _____; SACHS, J. Political parties and business cycle in the United States, 1948-1984. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 63-82, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1992667>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- AMARAL FILHO, J. Princípios do Federalismo: contribuições metodológicas para sair do labirinto fiscalista. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A.; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. (Org.). **Um olhar territorial para o Desenvolvimento - Nordeste**. 46 ed., Rio de Janeiro: 2014, p. 304-327.
- ARAUJO JUNIOR, A. F.; AMERICANO JUNIOR, W.; SHIKIDA, C. D.; SALVATO, M. A. Ciclos Eleitorais Racionais: evidência para os municípios mineiros. **Informe Gepec (Impresso)**, v. 14, p. 73-83, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/2628/2981>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- _____; CANÇADO, Paulo; SHIKIDA, Cláudio Djissey. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000. **Informe GEPEC (Online)**, Paraná, v. 9, n.2, 2005. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/305/221>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ARVATE, Paulo Roberto; MENDES, Marcos; ROCHA, Alexandre. Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612010000100003>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BALTAGI, B.H. **Econometric Analysis of Panel Data**. John Wiley & Sons, New York, 3 ed. 2005.
- BESLEY, T.; COATE, S. Centralized versus decentralized provision of local public goods: a political economy approach. **Journal of Public Economics**, v. 87, p. 2611-2637, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas: manual de procedimentos**. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2004. 142 p. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Receita.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BREMAEKER, François E. J. As receitas tributárias municipais em 2011. **Estudo técnico**, n. 237. Salvador: Associação Transparência Municipal, 2013. Disponível em: <<http://www.oim.tunicipal.org.br>>. Acesso em: 12 jan, 2017.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. **The American Economic Review**, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

_____. Political Budget Cycles in New versus Established Democracies. **Journal of Monetary Economics**, 52, 1271-1295, 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10539.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CAMARGO, Aspásia B. A. Atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira. In: VERGARA, Sylvia C. & CORRÊA, Vera Lúcia de A. (Orgs.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 39-46.

_____. A Reforma Mater – os riscos (e os custos) do federalismo incompleto. Projeto Brasil 2020. **Parcerias Estratégicas**, no. 6, 1999. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/63/55>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CARVALHO, P. F. C. **Federalismo fiscal brasileiro**. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, 59 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34859>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DAVIDSON, R.; MACKINNON, J. G.. **Econometric Theory and Methods**. Oxford University Press. 1999.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1827369>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **NBER Working Paper**, n, 11085, 2010.

FÁVERO, L. P. L.; BEFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos Quantitativos com Stata®**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 248p.

FIALHO, Tânia Marta Maia Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, 51(3), 379-389, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/699>>. Acesso em: 7 set. 2016.

GEYS, Benny. Government Weakness and Electoral Cycles in Local Public Debt: Evidence from Flemish Municipalities. **Local Government Studies**, 33(2), 237-251, 2007. Disponível em: <https://www.wzb.eu/sites/default/files/personen/geys.benny.328/locgovstud_33_2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011. 475p.

GREENE, W.H.. **Econometric Analysis**. Prentice-Hall, New York. 5 ed., 2002.

HIBBS JUNIOR., D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977. Disponível em: <<http://www.people.fas.harvard.edu/~iversen/PDFfiles/Hibbs1977.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

JANEBA, E.; WILSON, J. D. Optimal fiscal federalism in the presence of tax competition. **Journal of Public Economics**, v. 95, p. 1302-1311, 2011.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200006>. Acesso em: 15 set. 2016.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

MENDES, M. Federalismo Fiscal. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 421-461.

MUSGRAVE, R. A. The voluntary exchange theory of public economy. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 53, p. 213-237, 1939.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**: nº 42, p. 169-190, 1975. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2296528>>. Acesso em: 7 set. 2016.

OATES, W. E. **Fiscal federalism**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

_____. Toward a second-generation theory of fiscal federalism. **International Tax and Public Finance**, v. 12, p. 349-373, 2005.

OLIVEIRA, F. A. **Teorias da federação e o federalismo fiscal: o caso brasileiro**. Texto para Discussão nº 43. Fundação João Pinheiro, 2007. Disponível em <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2007/84-teorias-da-federacao-e-do-federalismo-fiscal-o-caso-brasileiro/file>>. Acesso em 10 mar. 2017.

_____; FORTES, F. B. C. T. P.; ANDRADE, R. Receitas dos Municípios Mineiros: Diversidade e Indicadores. *Finanças dos Municípios Mineiros: Diversidade de Indicadores. IX Seminário sobre Economia Mineira*, p. 651- 678, 2000. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/FABRICIO.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PRADO, S. Distribuição intergovernamental de recursos na federação brasileira. In: REZENDE, F; OLIVEIRA, F. A. (orgs.); **Descentralização e federalismo fiscal no Brasil**. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2002_05.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2012. 382 p.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**. Vol. 55:1, p. 1-16, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2297526>>. Acesso em: 7 set. 2016.

ROSENBERG, Jacob. Rationality and the Political Business Cycle. The Case of Local Government. **Public Choice**, 73, 71-81, 1992. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/BF00142917>>. Acesso em: 7 set. 2016.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, 39:39-58, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal Policy and Reelection in Brazilian Municipalities. **Public Choice**, 137, 301-314, 2008. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/2008_wpe124.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, v. 148, p. 233-247, 2011. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/2010_wpe208.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

SAMUELSON, P. A. The pure theory of public expenditures. **Review of Economics and Statistics**, v. 36, p. 387-389, 1954.

SANTOS, K. G. B. SANTOS, C. E. R. dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios: uma análise para o s municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. In: **IV Semana do Economista e IV Encontro de Egressos**, 2014, p. 1-21.

SHACHAR, R. Forgetfulness and the Political Cycle. **Economics & Politics**, 5, 15-25, 1993. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0343.1993.tb00064.x/abstract>>. Acesso em: 17 set. 2016.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political Budget Cycles: Do They Differ across Countries and Why? **Journal of Public Economics**, 90, 1367-1389, 2006. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004727270500143X>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SILVA, S. L. P. Ciclo Político-Orçamentário: um estudo em municípios o estado de Minas Gerais – 2000/2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Mestrado em Administração, Universidade Federal de Viçosa, 2010, 192 p. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/handle/123456789/1946>>. Acesso em: 30 set. 2016.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Econometria**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. 485p.

STRUMPF, K. S. Does government decentralization increase policy innovation? **Journal of Public Economy Theory**, v. 4, p. 207-241, 2002.

TANZI, V. The future of fiscal federalism. **European Journal of Political Economy**, v. 24, p. 705-712, 2008.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **The Journal of Political Economy**, v. 64, p. 416-424, 1956.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, p. 45-64, 2007. Disponível em: <http://www.nipe.eeg.uminho.pt/Uploads/WP_1999-2008/Linda_Veiga_2007_PC.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

WANDERLEY, C. B.; CRUZ, R. M. S. G.; LEITE, E. T.; LEROY, F. L. D. Receitas e despesas municipais em Minas Gerais na primeira década do novo milênio. In: **XVI Seminário sobre Economia Mineira**, 2014, Diamantina. Anais do XVI Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2014.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011, 701 p.